

15 de Março 2021
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 250
Director-Geral
Evaristo Mulaza



“Ainda temos monopólios que devem ser desmontados”

Págs. 14 e 15



Carlos Santos, empresário de feiras



OPINIÃO

António Vieira, ex-director da Cobalt Angola

Quanto vale a Sonangol

Pág. 23

OPINIÃO

João Shang, investigador

O combate à pobreza

Págs. 20 e 21



SUSPEITAS DE DESVIOS DE SUBSÍDIOS

Direcção do INAGBE na PGR

Pág. 8

EXECUTIVO COMPROMETEU-SE A EVITAR EXPEDIENTE A TODO O CUSTO

Linha do Deutsche Bank ‘empurra’ Governo para as garantias soberanas

FINANCIAMENTO. O Governo prometeu, em 2020, evitar, a todo o custo, o desbloqueio de garantias soberanas para suportar financiamentos a projectos privados. No entanto, dados levantados pelo VALOR revelam que, nessa altura, o Executivo já estava ‘amarrado’ a uma linha de financiamento do Deutsche Bank cujo desembolso exige garantias financeiras do Estado. A empresa Carrinho, em Benguela, foi de resto a primeira beneficiária deste expediente ‘indesejado’, mas autorizado por João Lourenço. Págs. 4 e 5

VENDA DE ADUBOS

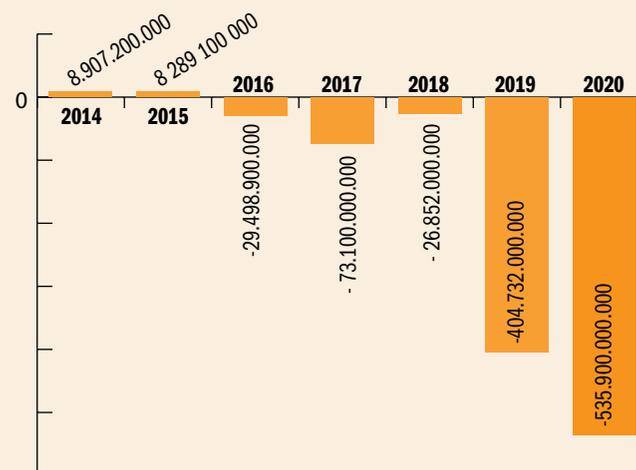
Produtor acusa lóbi de importação

Pág. 13

BANCO NÃO DESCARTA NOVO FALHANÇO

BPC falha meta de 2021 e projecta lucros para 2023

Pág. 10



BRINCAR AOS GOVERNOS



A instabilidade governativa é, definitivamente, um dos traços marcantes do falhanço da governação de João Lourenço. Mas, em sentido extenso, é dos exemplos terminados da incompetência do MPLA e da insustentabilidade da sua governação.

Ao longo do seu longo mandato, José Eduardo dos Santos fez da dança de cadeiras um exercício de rotina. Com a ‘desculpa’ de um consulado de quase quatro décadas, foi ao ponto de levar à experimentação até ao cadeirão máximo do país. Pelo menos no plano da intenção. Afinal, não é segredo para ninguém que João Lourenço nunca foi a primeira opção de José Eduardo dos Santos, nas várias tentativas de saída que lhe são atribuídas. O próprio chegou a admitir este ‘exercício de experimentação’ numa entrevista à portuguesa SIC, quando admitiu, em 2015, que estavam a ser “experi-

mentadas” várias pessoas para a sua sucessão. Mas, em José Eduardo dos Santos, houve exemplos mais práticos de instabilidade governativa que roçaram a insanidade. O caso do Banco Nacional de Angola é dos mais notáveis. Apesar de ser uma instituição da qual se espera maior estabilidade possível, face à sensibilidade das matérias sob sua alçada, entre Abril de 2009 e Setembro de 2017, estiveram no BNA quatro governadores. Qualquer coisa como um governador por cada dois anos.

Com a chegada ao poder de João Lourenço, e após os primeiros sintomas de ruptura com o homem que o fez Presidente, eram esperadas mexidas de fundo que afastassem a sombra de José Eduardo dos Santos. Ledo engano. João Lourenço não só decidiu não se ficar por aí como optou por transformar as exonerações e nomeações, por si só, num autêntico projecto de governação. Tão prioritário que, no penúltimo ano do seu mandato, há mais ‘resultados’ na dança de cadeiras do que em qualquer pro-

messa eleitoral. Não está enganado, pois, quem antecipe o resumo dos cinco anos de João Lourenço numa autêntica jornada de estagiários. Um estágio com uma factura incalculável e que o país é e será obrigado a pagar ao longo do tempo. Afinal o que o MPLA e o seu governo nunca serão capazes de explicar é o custo da descontinuação permanente de projectos em quase toda a esfera da governação. Até porque, por muito esquizofrénico que pareça, é prática no MPLA os sucessores declararem sempre que os antecessores nunca prestam. Os discursos nunca deixam dúvidas, salvo raras exceções. E quando a roupa suja não é lavada fora, dentro, os antecessores acabam imediatamente rotulados como ‘personas non gratas’. Isto apesar deste dado tão curioso quanto caricato: por via de regra, o sucessor que bate no antecessor é sempre um antecessor que foi batido em algum lugar por algum sucessor. Maior sinal de que o MPLA está a brincar aos governos é improvável! Maior sinal de desgaste é impossível!



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



NUNO BORGES,

presidente da Acetro e CEO da Toyota Angola.

Quais são as previsões da Acetro para 2021?

A nossa perspectiva é de que o segundo semestre de 2021 poderá registar uma pequena melhoria da actividade económica, o que poderá permitir um crescimento de entre 10% e 15% nas vendas. Em 2020, a Toyota voltou a ser a marca mais vendida.

Este desempenho da Toyota pode ser atribuído ao relançamento do Starlet, um modelo mais económico?

O Starlet foi lançado recentemente. O maior número de vendas foi Hilux, Prado, Rav 4 e Yaris.

Qual é a situação da dívida das concessionárias para com os fornecedores?

Todas as dívidas antigas foram liquidadas até ao final de 2019. As dívidas que possam existir actualmente são decorrentes da actividade normal das empresas, sem qualquer preocupação.

TERÇA - FEIRA

O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) inicia, em Mbanza Kongo, Zaire, o processo de recrutamento de 36 agentes de campo locais que realizarão o registo de empresas e produção para a inserção no Portal do Produtor Nacional (PPN).

QUARTA - FEIRA

O ministro do Comércio e Indústria revela que o Governo escolheu o pólo de Cacuso, em Malanje, para lançar o processo de industrialização da mandioca, com foco na produção de amido.

QUINTA - FEIRA

Angola anuncia o levantamento da suspensão de voos directos para Portugal, Brasil e África do Sul, que estavam interrompidos desde 16 de Janeiro, devido à pandemia da covid-19.



SEXTA - FEIRA

A Assembleia Nacional marca para o próximo dia 18 a apreciação e votação, como ponto único de trabalhos, da proposta de revisão da Constituição, feita por João Lourenço.



SÁBADO

O Governo volta a adiar o anúncio do vencedor do concurso para a construção da refinaria do Soyo, remetido agora para até 15 de Março, depois de alguns concorrentes terem solicitado informações adicionais.



DOMINGO

O director regional da Primeira Região (Cabinda e Zaire) da Administração Geral Tributária, Ricardo Aguiar, anuncia que cerca de 20 toneladas de banana pão, cultivadas em Cabinda, são exportadas, diariamente, para a República do Congo.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM QUEDA LIGEIRA...

O petróleo começou a semana a cair, com o Brent, referência às exportações de Angola, a registar perdas de 0,72%, ao negociar as entregas para Maio a 68,72 dólares. Já o WTI recuou 0,59%, fechando as entregas para Abril nos 65,22 dólares.



OURO E PRATA SOBEM...

No sentido inverso, os mineiros estiveram em terreno positivo. O ouro subiu 0,50%, negociando as entregas para Abril a 1.728,40 dólares por onça troy. Subida mais acentuada registou a prata com ganhos de 1,53% fixando as entregas para Maio em 26,308 dólares por onça troy. Já o cobre negociou a 4,1402 dólares por libra-peso, registando perdas de 0,00%.

08

Economia/Política

Os Orçamentos Gerais de 2019 e 2020 não contemplaram a concessão de garantias do Estados



EM CAUSA, ACORDO ASSINADO EM 2019 COM DEUTSCHEBANK

Por César Silveira

Governo comprometeu a aposta de engavetar garantias soberanas

FINANCIAMENTOS. Contrato com instituição financeira internacional obriga Governo a aprovar garantias soberanas. Presidente da República aprovou a primeira no princípio do mês e pode aprovar outras ainda no decurso do ano.

O desafio do Governo, assumido explicitamente pelas Finanças, de evitar a emissão de garantias soberanas para novos empréstimos está afinal comprometido desde Maio de 2019, com a assinatura de um acordo com o DeutscheBank pelo qual a instituição financeira alemã se encarrega de financiar com 1.000 milhões de euros o sector privado angolano.

À luz do Acordo-Quadro assinado, a emissão de uma garantia soberana constitui uma das condições precedentes para a celebração dos contratos de financiamento. Ou seja, quando, em 2020, a ministra das Finanças disse que continuariam a “lutar para não dar” nenhuma garantia soberana já sabia que se tratava de uma missão quase comprometida. “No ano passado, não demos nenhuma. Este ano, vamos continuar a lutar para não dar”, disse, em entrevista ao Expansão, Vera Daves, prometendo “resistir bravamente”, face à pressão que, na ocasião, admitiu existir.

OS SECRETÁRIOS DE ESTADO para a Economia, e para a Justiça, Mário Caetano João, e Orlando Fernandes, respectivamente, visitaram esta segunda-feira, 15, as instalações da Sala de Comércio, Propriedade Intelectual e Indústria afectada ao Tribunal Provincial de Luanda no âmbito da melhoria do ambiente de negócios.



É à luz do referido acordo que o Presidente João Lourenço aprovou, no princípio deste mês, a concessão de uma garantia soberana de 56,9 milhões de euros para cobrir um acordo individual de financiamento a favor da empresa Carrinho Empreendimentos, SA, sediada em Benguela. A autorização provocou inúmeras interrogações por, desde muito cedo, o Governo saído das eleições de 2017 mostrar que a emissão de garantias soberanas para novos financiamentos, sobretudo privados, passaria a fazer parte do passado.

MAIS GARANTIAS A CAMINHO....

O chefe do Governo está assim ‘condenado’ a aprovar mais garantias soberanas, estando tudo dependente da qualidade dos projectos que forem apresentados ao BDA, instituição bancária nacional que está a operacionalizar a linha de financiamento.

Para este ano, o Orçamento Geral do Estado fixa em 252.350 milhões de kwanzas (cerca de 338 milhões de euros) o limite para a concessão de garantias pelo Estado. Contas feitas e tendo como base a garantia aprovada para o financiamento da empresa Carrinha, em Benguela, João Lourenço tem margem para

aprovar pelo menos mais quatro garantias soberanas no presente exercício económico.

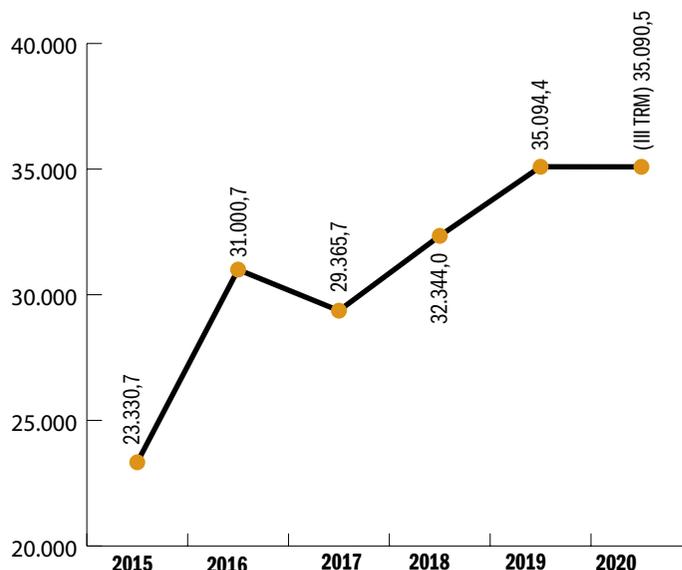
Já o BDA perspectiva, para este ano, “atingir a meta de financiamento equivalente a 125 milhões de euros, mediante o limite de garantia soberana disponível”, estando em “análise quatro solicitações de financiamento para serem apreciadas em comité de crédito”.

GOVERNO ASSUME RISCO CAMBIAL

Outra particularidade do acordo é que o Estado assume o risco cambial. Segundo o acordo, “os desembolsos ocorrerão por meio de pagamentos directos aos fornecedores efectuados pelo DeutscheBank, ao passo que o promotor reembolsará o crédito em moeda nacional ao BDA, cabendo a este o reembolso ao DeutscheBank em moeda estrangeira”. Ou seja, “todas as diferenças cambiais resultantes da contratualização do financiamento, à data de reembolso, serão suportadas pelo Tesouro Nacional, isentando os promotores do risco cambial”, respondeu o BDA ao VALOR.

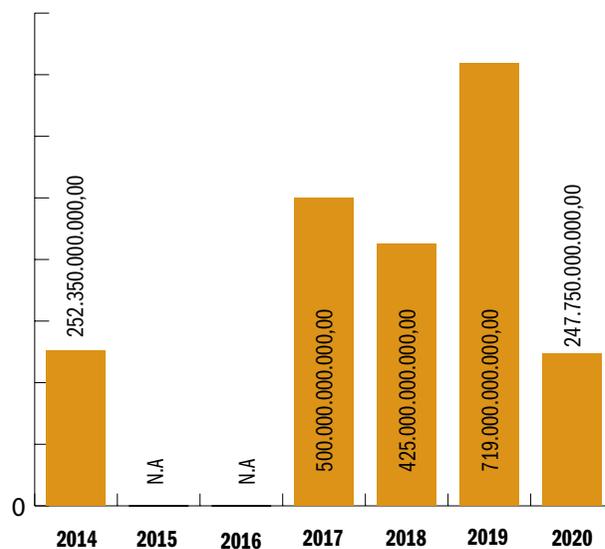
De acordo com dados da instituição, desde que começou a operacionalizar, a linha recebeu 19 candidaturas, seis das quais cum-

Dívidas de Angola a Bancos Externos (Título e Obrigações) / Milhões USD



Limite anual da garantia soberada

O Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, tem competências para conceder garantias do Estado a operadores económicos nacionais. O limite da concessão dessa garantia é definida na lei que aprova o Orçamento Geral do Estado de cada exercício económico.



priram os requisitos e formalizaram as respectivas candidaturas.

“Entre as candidaturas apreciadas em comité de crédito, regista-se o balanço de quatro aprovações, o que perfaz um montante de candidaturas aprovadas equivalente a 157.513.965,24 euros. Todavia, apenas duas candidaturas manifestaram a anuência às condições de financiamento apresentadas”, esclareceu o banco.

O BDA acrescenta que existe um “número considerável” de candidaturas não formalizadas devido aos requisitos e complexidades da Linha de crédito. “Esta tipologia de financiamento deve obedecer, em primeiro lugar, às normas e pro-

cedimentos da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico (OCDE), órgão que rege os créditos à importação com cobertura de Agências de Crédito à Exportação. No que concerne às solicitações apreciadas em comité de crédito, foram rejeitados dois financiamentos”, indica o banco liderado por Henda Inglês.

EMPRESÁRIOS SEM DINHEIRO PARA COMPARTICIPAR

A incapacidade de comparticipação com fundos próprios é uma das dificuldades que os empresários têm encontrado, visto que “devem

comparticipar com 15% do valor do contrato para a realização do pagamento antecipado ao fornecedor”. O valor mínimo permitido para financiamento são 10 milhões de euros, significando que os empresários devem comparticipar com cerca de 1,5 milhões.

“Mediante a origem do financiamento e equipamentos, os contratos de importação devem ter um valor mínimo de 10 milhões de euros, podendo, em algumas circunstâncias, apresentar um valor inferior, caso o DeutscheBank aprove. Considerando os valores mínimos exigidos, a linha é destinada a projectos estruturantes com foco para promotores de média e grande dimensões”, esclarece.

A morosidade na apresentação do contrato ou proposta comercial alvo de financiamento, a falta de garantias exigidas pelo BDA aos promotores, bem como a existência de muitos promotores com registo de créditos em situação irregular na Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC) são os outros constrangimentos para a operacionalidade da linha.

Apesar de admitir a possibilidade de a linha ser subaproveitada, à semelhança de outras linhas de financiamento internacionais, o BDA salienta estar “a criar sinergias para mitigar este risco”, salientando que “um dos principais factores poderá ser o limite de garantia soberana”.

“A maioria dos projectos apresentados enquadra-se na categoria de projectos estruturantes com potencialidade para a exportação e diversificação da economia. O principal constrangimento está mesmo relacionado com a capacidade de comparticipação dos promotores para suprir os encargos da linha”, explica a instituição.

UMA LINHA MARCADA POR CONSTRANGIMENTOS

A negociação da linha de financiamento, assinada em Maio de 2019, conheceu momentos de hesitação, tendo-se colocado até a hipótese de não se chegar a acordo, como chegou a revelar o então ministro das Finanças, Archer Manguera. “Foi um processo que levou o seu tempo. Até ficámos com a impressão de que as coisas já não seriam concluídas a bom trecho, mas também, graças ao cumprimento de um conjunto de condições e de processos, com o empenho do BDA, foi possível hoje termos formalmente fechado o processo de negociação”, afirmou, na altura, Archer Manguera.

PREVISÕES DO BAD EM 2021

Economia angolana ainda na corda bamba do preço do petróleo

ANÁLISE. Principal risco para a economia angolana reside na baixa do preço do petróleo em 2021, pese o facto de, se a retoma da alta se mantiver, o país poder ver reduzido o deficit orçamental para 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB), retornando assim a conta corrente a uma posição excedentária de 4,0% do PIB em 2021.

Por Mario Paiva

Estas previsões constam do mais recente relatório sobre as Perspectivas Económicas para Africa em 2021, apresentado na pretérita semana em Abidjan, capital da Costa do Marfim, pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que tem ali a sua sede.

Ao analisar as mais recentes evoluções macroeconómicas e financeiras, o BAD enfatiza o facto de a economia angolana, “baseada nas receitas petrolíferas, ter conhecido desde 2016 uma recessão que conduziu ao aumento da sua dívida, que passou de 57,1% do PIB em 2015 a 120,3% em 2020”.

O relatório elenca as principais reformas promovidas pelo Governo, durante os dois últimos anos, visando promover a estabilidade macroeconómica, o investimento privado e uma economia mais diversificada, designadamente o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a legislação sobre responsabilidade fiscal, a liberalização do sistema da taxa de câmbio e a



legislação sobre investimentos privados e privatizações.

Todavia, a pandemia da covid-19 reduziu o alcance destas medidas “prevendo-se que o PIB real retrocedera em 4,5% em 2020, quando as estimativas pre-covid-9 para 2020 apontavam para o fim de uma longa recessão com um crescimento de 1,2% do PIB”.

Bem entendido, uma situação a que não podia de estar alheia a redução das exportações de petróleo, principal fonte de receitas de Angola, representando cerca de 95% das expor-

tações do país, provocando o aprofundamento do deficit fiscal, avaliado em 4,5% do PIB.

A baixa das receitas de exportações de petróleo fez crescer o deficit da balança corrente a 2,1% do PIB, segundo estimativas recentes, face ao excedente de 6% ocorrido em 2019. Em 2020, a inflação foi avaliada em 24,6%, arrastada por uma desvalorização acumulada de 36% da moeda nacional, face às principais divisas até meados de Dezembro desse ano.

O relatório do BAD assinala igualmente a diminui-

ção da capacidade do Governo em acudir aos sectores sociais mais vulneráveis (por exemplo, com programas de transferências sociais monetárias como o Kwenda) devido à queda do preço do petróleo e ao impacto da pandemia, com o consequente agravamento da situação económica e social. A taxa de desemprego atingiu os 34% no terceiro trimestre de 2020, comparativamente aos 30,0% do ano anterior, com o desemprego juvenil saltando de 54,2% no terceiro trimestre de 2019 para 56,4%. Com a pandemia, espera-se que o índice oficial da pobreza, avaliado em 40,6% em 2019, venha igualmente a aumentar.

MEMORIZE

● **Relatório do BAD** elenca as principais reformas promovidas pelo Governo, durante os dois últimos anos, mas destaca a diminuição da capacidade do Governo em acudir aos sectores sociais mais vulneráveis.

RISCOS E PERSPECTIVAS

Em linha com os últimos estudos internacionais, o BAD considera que uma certa “evolução para um sistema flexível de taxa de câmbio em 2019 permitiu atenuar o impacto da baixa do preço do petróleo sobre as reservas internacionais” de algum modo alimentadas pelas reformas anteriores à pandemia.

Se o sector não-petrolífero melhorar a sua performance, o PIB pode aumentar a 3,1%, concomitantemente ao aumento das receitas fiscais, face à subida do preço do petróleo, tal como já

BAD enfatiza o facto de a economia angolana, “baseada nas receitas petrolíferas, ter conhecido desde 2016 uma recessão que conduziu ao aumento da sua dívida, que passou de 57,1% do PIB em 2015 a 120,3% em 2020”.

ocorrera em 2020, quando o barril de Brent passou de 30 USD/b em Março para 50,40 USD/b em meados de Dezembro do mesmo ano. O BAD estima que a inflação pode cair a 14,9% em 2021 em consequência da flexibilização da política monetária efectuada para diminuir a pressão da crise sobre a inflação.

Contudo, a grande esperança reside na persistência da retoma do preço do petróleo na mira da redução do deficit orçamental a 2,2% do PIB, com a conta da balança corrente a retornar a uma posição excedentária de 4,0% do PIB em 2021.

Para o BAD, a recente depreciação da taxa de cambio constitui o principal factor de mudança do quadro da dívida pública em Angola, sendo que 80% desta está avaliada em divisas. A continuidade das reformas e o alívio proporcionado pelo FMI relativamente à dívida podem dar algum folego ao Governo. Resta saber até quando.

PERFORMANCES E PERSPECTIVAS AFRICANAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 SEIS MENSAGENS-CHAVE, SEGUNDO O BAD.

Desde logo, depois de uma contração de 2,1% provocada pela pandemia da covid-19, África deverá crescer em 3,4% em 2021, uma retoma marcada pelo fim da pior recessão sofrida pelo continente desde há 50 anos. A anunciada reanimação do turismo, uma alta do preço das matérias-primas nos mercados internacionais e o aligeiramento das restrições induzidas pela pandemia deverão sustentar este crescimento.

A segunda nota sublinha que o impacto económico da pandemia difere em cada país, sendo que as economias dependentes do turismo poderão finalmente sair do recuo de 11,5% do seu PIB que ocorreu em 2020, para experimentar um crescimento de 6,2% em 2021. Já os países exportadores de petróleo, deverão passar de 1,5% para 3,1% e as restantes economias, baseadas em recursos naturais sairão de 4,7% para 3,1%. Por último, os países com menos recursos naturais passariam, neste cenário, de 0,9% a 4,1%.

Os fundamentos macroeconómicos do continente afri-

14,9

Taxa de inflação prevista pelo BAD para 2021 para Angola

3,4

Porcentos, estimativa do BAD para o crescimento da economia africana em 2021 para 2021

6,2

Porcentos, taxa de crescimento estimada para as economias dependentes do Turismo

cano foram enfraquecidos pela pandemia – terceira constatação. Os deficits orçamentais duplicaram em 2020, para atingir o cúmulo histórico de 8,4% do PIB, notando que o peso da dívida pode aumentar de 10 a 15 pontos percentuais a curto e médio prazos. Se as flutuações das taxas de câmbio podem ser consideradas importantes, o continente conheceu um ligeiro aumento da inflação devido ao esgotamento do afluxo financeiro externo.

Em quarto lugar, os efeitos da covid-19 podem anular os

avanços duramente alcançados com a redução da pobreza durante as últimas duas décadas. Estimativas revistas mostram que cerca de 38,7 milhões de africanos deverão cair em condição de extrema pobreza no período 2020-2021, fazendo subir o número de pessoas nesta condição para um total de 465,3 milhões de cidadãos, ou seja 34,4% da população africana em 2021. Seriam necessários 7,8 mil milhões de dólares em 2020 e 4,5 mil milhões de dólares em 2021 para trazer os rendimentos destes novos pobres, pelo menos até ao limiar da pobreza. Deste modo, não só se torna previsível o aumento das desigualdades, como também o encerramento das escolas poderá ter consequências duradouras sobre a acumulação de capital humano e da produtividade.

A quinta lição: as medidas de confinamento mostraram-se eficazes para frenar o alastramento da covid-19 em África, mas as despesas das actividades económicas. Os países africanos que experimentaram medidas mais drásticas de confinamento conheceram menos casos de covid-19 que os outros, mas os efeitos daquelas em comparação com outras regiões foi modesto.

Em sexto lugar, torna-se necessário priorizar políticas que acelerem a transformação do continente para uma retoma pós-pandemia mais resiliente, inclusiva e durável baseada:

- Apoio contínuo do sector da saúde para consolidar as conquistas da luta contra a pandemia;
- Utilização eficaz dos apoios monetários e orçamentais para apoiar a retoma económica ali onde subsistir uma margem de manobra nas políticas públicas;
- Alargamento das redes de segurança social e um crescimento mais equitativo para lutar contra a pobreza crescente;
- Extensão de políticas activas do mercado de trabalho para reorganizar a mão-de-obra tendo em vista o futuro do trabalho;
- Intensificação da transformação estrutural para a digitalização e diversificação económica para reforçar a resiliência de cada país;
- Encorajamento da cooperação regional e multinacional para assegurar uma retoma durável e generalizada.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

SUSPEITAS DE DESVIOS DE SUBSÍDIOS DE ESTUDANTES

Direcção do INAGBE responde à PGR

JUSTIÇA. Existem suspeitas de desvio de subsídio de mais de três mil estudantes bolseiros internos finalistas. Director do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos (Inagbe), Milton Chivela, respondeu à Procuradoria-Geral da República (PGR) e, nesta semana, será ouvido pela Inspeção-Geral da Administração do Estado (Igae), que acredita existir um “esquema bem montado” na instituição.



Por Guilherme Francisco

Na sequência da queixa apresentada à PGR por estudantes finalistas de 2018 e 2019 sobre o alegado desvio de subsídios de estágio, prática e trabalho de fim do curso, até agora não entregues, o director do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos (Inagbe), Milton Chivela, confirma ao VALOR ter recebido uma correspondência da PGR em Fevereiro deste ano. E assegura ter explicado “as reais razões” do não pagamento do subsídio exigido pelos estudantes, provando de “A a B que não há desvios de fundos públicos”.

Após a comissão dos estudantes ter sido ouvida, na terça-feira, 09.03, pela Inspeção-geral da Administra-

ção do Estado (Igae), uma fonte ligada ao caso dá conta que Milton Chivela será ouvido ainda esta semana pelos inspectores da mesma instituição. Na audiência com os estudantes, o inspector da Igae declarou existirem fortes indícios de desvios de fundos públicos, acreditando na existência de um alegado “esquema bem montado dentro do Inagbe” que carece de auditoria.

Por sua vez, o director do Inagbe desconhece que está a ser alvo de investigação e refere tratar-se de um “mal entendido”, fruto da falta de “literacia financeira dos estudantes”. Sublinha que não pagará qualquer subsídio reclamado pelos estudantes pelo facto de estes já concluírem a formação e não existir subsídio exclusivo para custear o trabalho de fim do curso, estágio e práticas. O director do Inagbe explica que estes encargos são incluídos no valor recebido mensalmente, independentemente da classe da bolsa, durante a formação.

MEMORIZE

● **Um grupo de bolseiros internos, finalistas de 2018/2019, apresentou queixa à PGR por alegado desvio de subsídios de estágio, prática e trabalho de fim de curso que não receberam. Gestor apresenta sua versão dos factos**

Ou seja, para os bolseiros da ‘classe A’ estão incluídos nos 761 mil kwanzas recebidos anualmente e para os da ‘classe B’, nos 580 mil anuais.

“Os estudantes, muitas vezes, quando recebem o dinheiro, já têm outros planos”, insiste, dando a perceber que procura capacitar os estudantes em matérias ligadas à gestão financeira, apesar de estes “não darem importância”.

Milton Chivela precisa ainda

que não é obrigado a continuar a pagar subsídio a estudantes bolseiros de instituições cujos cursos não estão em conformidade com a grelha curricular do Ministério do Ensino Superior. E cita exemplo de cursos que, em determinadas instituições, têm duração de cinco anos, mas o Inagbe tem registado de duração de quatro anos. “Aí a instituição não é obrigada a pagar”, refere.

INAGBE ESTÁ A MENTIR, DIZEM ESTUDANTES

O representante dos mais de três mil estudantes espalhados nas 18 províncias, Paulo António, considera os argumentos do director do Inagbe “infundados e imbuídos de mentira”. Sustenta que o actual regulamento, no artigo 14 nº 2, constante no decreto 63/20, insta a instituição a pagar de acordo a duração ou número de anos necessários a conclusão da formação. “O Ministério do Ensino Superior fez esta altera-

ção porque notou que muitos estudantes não terminavam a formação durante os quatro anos, era necessário mais um ano para o estudante elaborar o trabalho de fim do curso e fazer estágio para poder concluir a formação,” explica, asseverando que “o Inagbe não está acima do decreto presidencial”.

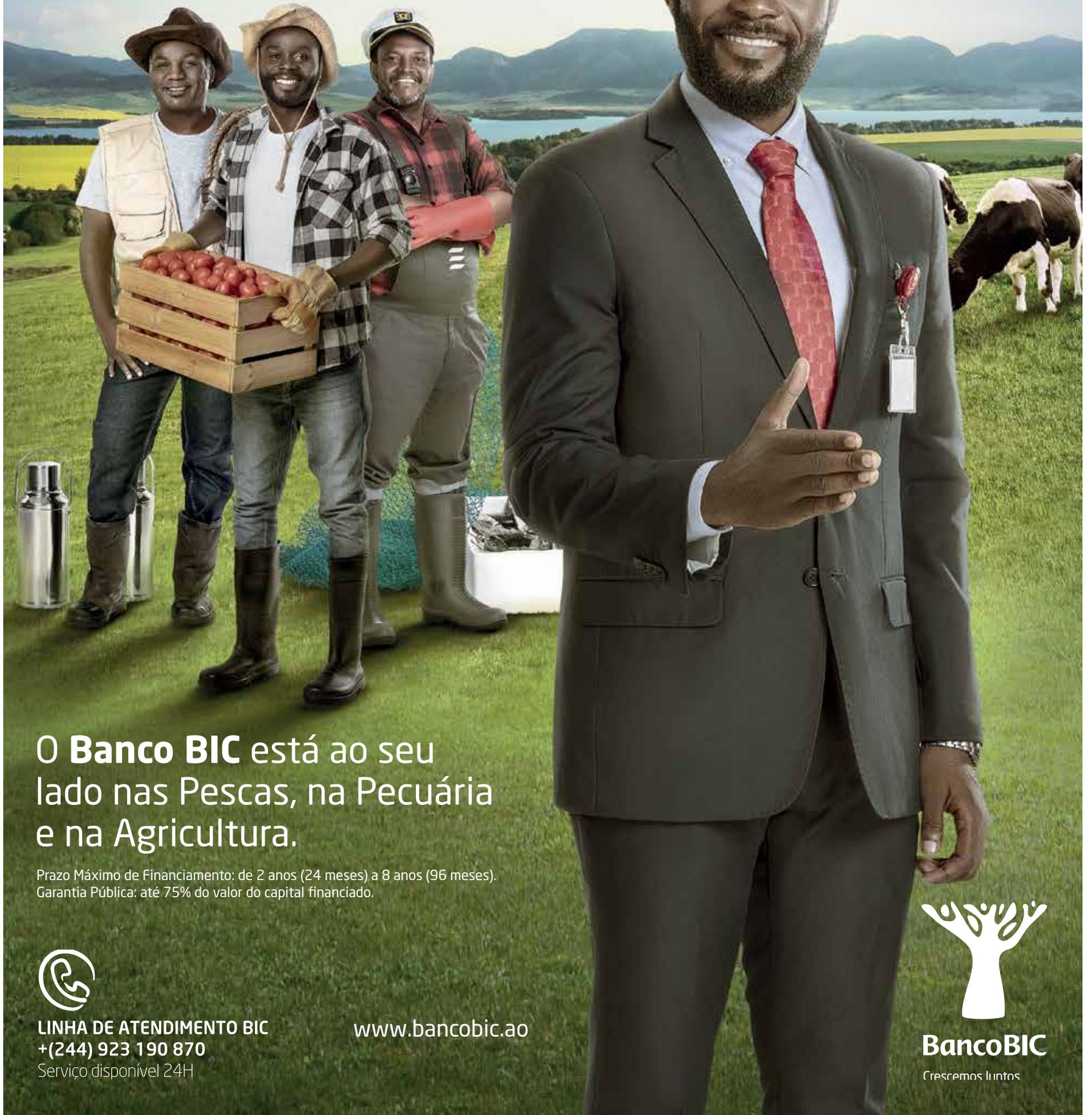
O estudante da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade António Agostinho Neto entende que Milton Chivela está a contradizer-se, ao procurar justificar “o desvio do dinheiro” destinado a estudantes carentes. “Primeiro, o director dizia não que pagam a monografia, práticas e estágios, agora diz que faz parte do valor dado mensalmente. Ele próprio está a contradizer-se”, acusa.

Em consequência da situação que se arrasta desde 2019, o representante dos estudantes refere estarem com “as vidas paradas e metidos em dívidas na tentativa de concluir a formação”.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Economia/Política

EM DOIS ANOS

BPC recuperou 28% do crédito que não entregou à Recredit

BANCA. Maior banco público prevê regressar aos lucros em 2023. Em dois anos, recuperou 66 de um total de 237,7 mil milhões de kwanzas de crédito malparado.

rou cerca de 49,5 mil milhões de kwanzas. E atribui o “decréscimo acentuado” nos valores recuperados tanto às restrições impostas pela pandemia da covid-19 como a adesão massiva dos devedores no primeiro ano (2019) de lançamento do programa de reestruturação das dívidas, “registrando-se uma redução normal no segundo ano, apesar de o programa continuar”.

REGRESSO AOS LUCROS PREVISTO PARA 2022

Por outro lado, o conselho de administração do maior banco estatal perspectiva regressar aos lucros em 2023, mas “muito pequeno” devido à “magnitude da imparidade que vai ser diluída ainda em 2022”.

No entanto, em 2020, o conselho de administração da instituição apresentava 2021 como ano de regresso aos lucros no âmbito do Plano do Recapitalização e Reestruturação em curso. A administração justifica o insucesso na previsão com a alteração de diversos indicadores, destacando o ‘downgrade’ do rating da dívida soberana do país. A gestão do banco, entretanto, não coloca de parte a hipótese de estes indicadores virem a comprometer novamente as novas previsões.

Quando ao processo de recapitalização, o conselho de administração assegura que o processo, em termos de cronograma, está a correr como previsto. Em 2020, o Estado injectou 590 mil milhões de kwanzas, estando previsto, para este ano, 113 mil milhões e, para 2022, 84 mil milhões de kwanzas. A modalidade, entretanto, não é a mais desejada, já que a instituição preferiria receber cash, ao invés de títulos.

DESEMPREGO E VENDA DE ACTIVOS

A redução da força de trabalho, que vai implicar a saída de mais 274 trabalhadores este ano (depois de 438 terem a mesma ‘sorte’ até



André Lopes,
presidente do
Conselho de
Administração
do BPC.

Por César Silveira

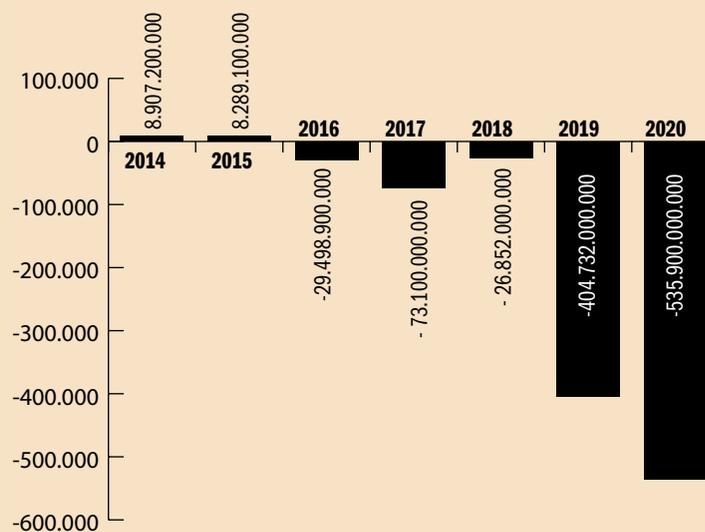
O Banco de Poupança e Crédito recuperou, nos últimos dois anos, cerca de 66 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 27,7% do crédito malparado que manteve sob o controlo depois de passar para a Recreditos restantes 80% do total do malparado, avaliado em mais de 1,1 bilião de kwanzas.

Em Junho de 2020, o banco liderado por António André Lopes cedeu à Recredit – Gestão de Activos 80%, equivalente a cerca de 951 mil milhões de kwanzas do crédito malparado. Em troca, o banco recebeu 57,1 mil milhões de kwanzas em títulos indexados.

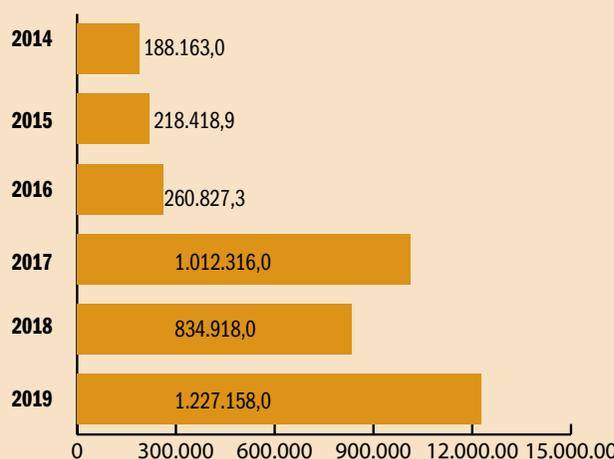
Os restantes 20% do malparado equivaliam a cerca de 237,750 milhões. Deste valor, recuperou 16,5 mil milhões de kwanzas em 2020, ficando “muito aquém das expectativas”, de acordo com o administrador da instituição, Cláudio Pinheiro, durante o BPC Press Breakfast, um encontro informal com jornalistas em Luanda.

Em 2020, a instituição recupe-

Resultado Líquido BPC nos últimos anos/Kz



Juros e Créditos Vencidos

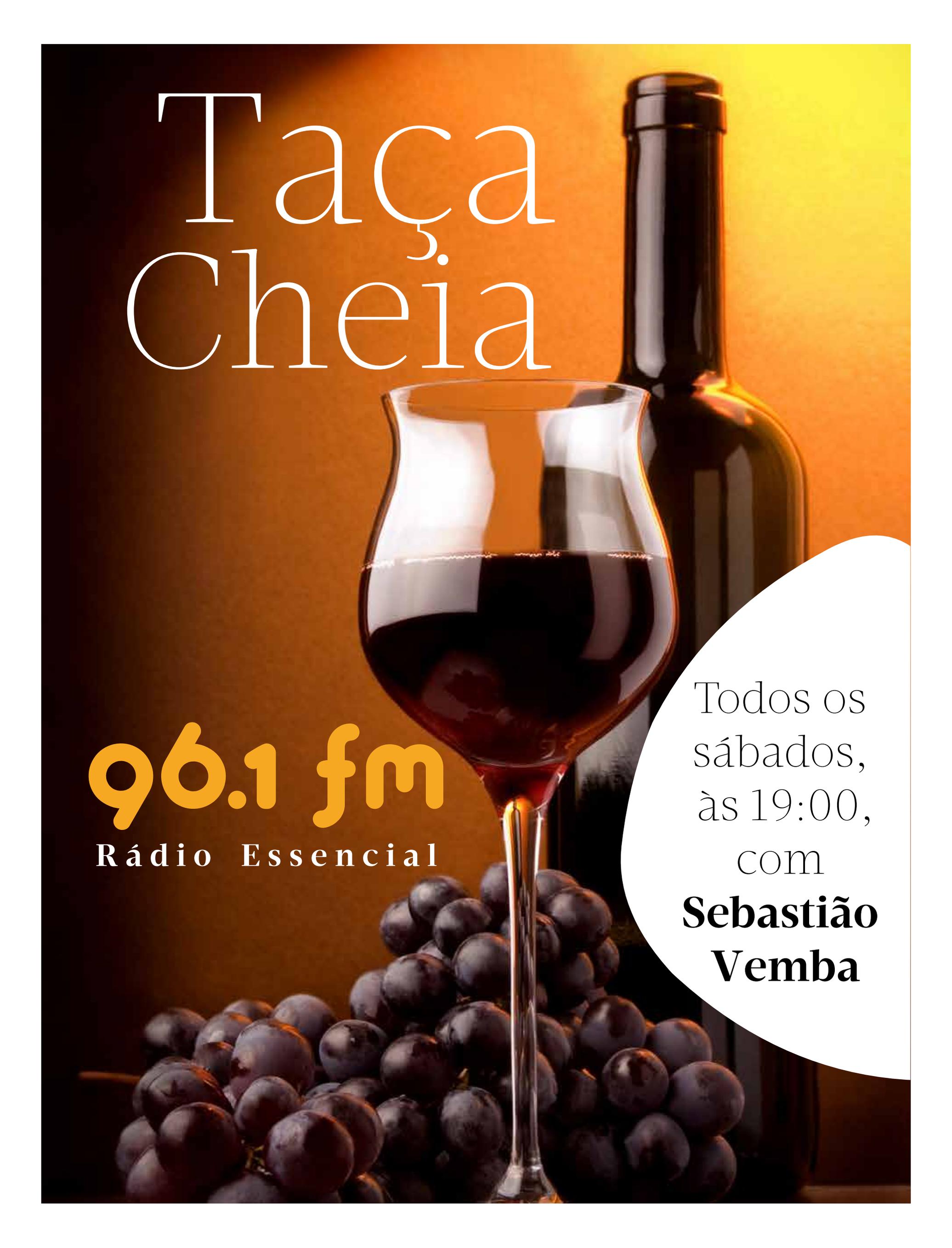


Janeiro de 2021) é uma das principais medidas no Plano de Reestruturação do Banco. Está também previsto o encerramento de agências e a alienação de activos não nucleares. Neste particular, o banco já saiu da Mundial Seguros, em que detinha 70% das participações, mas a saída não implicou encaixe financeiro, visto que a opção foi “promover o aumento de capital e não acompanhar este aumento de forma que a participação do BPC foi diluída”.

A administração revelou que tem participação em 13 empresas, mas apenas cinco apresentam viabilidade, uma vez que muitas nem saíram do papel e outras já não existem. Nas contas das que devem ser alienadas, consta ainda a BPC Imobiliário, “que precisa de uma injeção muito grande”, com o banco a decidir, no entanto, pela liquidação do activo, descartando qualquer “plano de sustentabilidade da empresa”.

A prestadora de serviço ao sector petrolífero, Acrep, é outro dos activos a alienar. Neste caso, o BPC, que também é credor da mesma, está a organizar o processo para a alienação em bolsa da sua participação. Com as medidas já implementadas, sobretudo o encerramento das agências, a instituição estima já ter reduzido os custos em cerca de 516,3 milhões de kwanzas.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Mercados & Negócios



Inaugurada em 2019, a AbwikWood, que também detém empreendimentos na área da hotelaria, emprega 300 pessoas.

EMPRESA QUEIXA-SE DA BUROCRACIA

AbwikWood quer exportar 22% da produção

MADEIRA. Empresa detém quota de mercado na ordem dos 12%, com tendência para 16 a 18%, em relação à madeira processada.

Por Pedro Narciso

O patrão da AbwikWood, uma empresa transformadora de madeira em Malanje, queixa-se do “excesso de burocracia e desorganização do sector”, dando como exemplo projectos que levam um ano a concretizar-se, apesar de visa-

rem o aumento da exploração para os 800 m³, cerca de 22% da exportação para Portugal, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Espanha, além dos EUA desde 202.

Carlos Cunha cita o facto de os empresários percorrerem cerca de 400 quilómetros – de Malanje até aos entrepostos de Maria Teresa e de Caxito, no Bengo – sempre que há necessidade de exportar um produto. Um procedimento que classifica de “paradoxal e inexplicável”. “Sem benefícios fiscais para

a província de origem do produto a exportar”, observa.

Além disso, aponta o que considera “falta de sanidade” dos entrepostos. “O ambiente leva à degradação das paletes, provocando lesões nas peças de madeira, com entrada de terra e pedras”, sublinha.

Ao referir que a principal empresa de prestação de serviços do entreposto está a cargo dos chineses, Carlos Cunha nota que estes “priorizam os empresários também chineses, que exportam madeira em bruto (blocos),

sem qualquer tratamento industrial, em prejuízo da industria nacional”.

Estes amargos de boca suscitaram, no entanto, uma onda de solidariedade no sector, que motivou a Associação Nacional dos Industriais e Madeiros de Angola a escrever para o Ministério da Agricultura e das Pescas, sugerindo que os empresários utilizassem os próprios parques para inspecção, à semelhança do que acontece em Cabinda.

Na carta, a associação chama também a atenção para o facto de “esta situação ter feito com que se perdesse a confiança dos clientes, havendo casos de recusa aquando da recepção da mercadoria no porto de destino e de não-aceitação dos preços con-

IDF rejeita acusação e diz que tudo é legal

Em declarações ao VE, questionado sobre as acusações de falta de condições nos entrepostos aduaneiros e sobre a razão que leva as empresas de madeira de Cabinda a utilizarem os próprios parques para a inspecção (ao contrário das restantes do país), Simão Zau afirmou que todos os procedimentos são legais.

Segundo o director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), instituição responsável pela gestão dos entrepostos, “esses empreendimentos foram construídos para cumprir um objectivo claro da lei: fiscalização, comercialização da madeira e inspecção”, sublinhando que o caso de Cabinda se deve ao facto de aquela província não ter um entreposto, “mas, assim que for construído, as inspecções deixam de ser feitas nos recintos das próprias empresas”.

No que diz respeito às reduzidas condições físicas dos entrepostos, o director do IDF assegurou que já foram desbloqueadas as questões relacionadas com as finanças para melhorar aqueles espaços. Acrescenta que, depois de concluídas as obras, se seguirá um concurso público “para empresas com experiência na prestação de serviços em várias áreas desse sector”.

A TAP AIR PORTUGAL e a Emirates assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para expandir a parceria de codeshare em vigor entre as duas companhias aéreas, informou esta segunda-feira a companhia portuguesa em comunicado.

tratados, provocando prejuízos financeiros insustentáveis para as empresas, o que também mancha o nome de Angola no mercado”.

“AJUDAR ALAVANCAR A ECONOMIA”

Mas não é só de queixas que fala o proprietário da AbwikWood. Não obstante esta área do negócio se encontrar ainda em fase média de desenvolvimento, o objectivo do empresário é que este segmento venha a representar metade da produção da empresa. “Nós pre vemos mais tarde exportar cerca de metade da nossa produção, ou seja 1.800 m³”, indicou Carlos Cunha, acrescentando terem capacidade para mais, embora estejam limitados pelos condicionamentos da exploração sustentada.

Com uma capacidade de produção de 3.600 m³/ano, a empresa com uma quota de mercado na ordem de 12%, com tendência para 16 a 18%, quanto à madeira processada, detém indústrias de material mobiliário, de serragem e de folha da madeira.

A nível da facturação, “um aumento significativo”, apontado como meta para 2020, de 700 milhões – quase o dobro dos 450 milhões de 2019 – foi indicado por aquele empresário como “prova da vontade de ajudar a alavancar a economia”. “Nós não desistimos”, assegura.

Inaugurada em 2019, a AbwikWood, que também detém empreendimentos na área da hotelaria, emprega 300 pessoas. Segundo Carlos Cunha, apesar das dificuldades que o país atravessa a todos os níveis, a empresa “mantém o capital humano sem restrições salariais”.

Em Malanje, mais precisamente no Pólo Industrial onde está instalado, este é classificado como o maior e mais credível grupo empresarial do Planalto Norte, mas o proprietário da AbwikWood sublinha que é “difícil” ser-se empresário sem as condições elementares em termos de infra-estruturas. “A água e a luz das nossas instalações no recinto do Pólo Industrial foram custeadas por nós”, explica. Para Carlos Cunha, é imperioso “sair dos gabinetes”, trabalhar com os empresários e “identificar as dificuldades que cada um enfrenta, dando-lhes uma resposta efectiva”.

FACE À QUEBRA NAS VENDAS

Soyadubos acusa lóbi de importação



Para se livrar da asfixia dos lóbis, Soyadubos está a criar estruturas sólidas para mergulhar no mercado da exportação, sendo Zâmbia e Namíbia os primeiros detidos.

INDÚSTRIA. Unidade produz 800 toneladas de adubos orgânicos por dia, mas só vende 25% da capacidade.

Por Pedro Narciso

Os planos de negócio da Soyadubos – localizada na vila municipal do Longonjo, a 64 quilómetros da cidade do Huambo –, inaugurada em 2013, indicavam existirem condições para disputar os lugares cimeiros no ranking da oferta de insumos para a agricultura, sector que emprega cerca de 2,4 milhões

de pessoas, detendo 13 mil explorações empresariais.

No entanto, o cenário actual da fábrica pioneira na produção de adubo orgânico em Angola é bem diferente já tem visto as vendas caírem a pique. As quebras rondam os 65%, considerando dados que apontam para uma produção de 800 toneladas por dia.

Em declarações ao VALOR, o patrão da Soyadubos aponta o dedo ao “lóbi de distribuição de fertilizantes”, composto por importadores e comerciantes.

Sousa Domingos Jerónimo acusa-os de “não aceitarem comercializar os produtos nos estabelecimentos para o efeito” e define essa atitude como “discriminação da produção nacional”. O tom de Sousa Domingos Jerónimo é o de quem não vê da parte das autoridades a atenção que o sector devia merecer. O empresário admitiu ter recorrido a todas as instâncias nacionais para resolver a situação, mas “existem sempre gru-

pos de lobistas com outros interesses individuais, que não estão a pensar nas famílias camponesas, nem no seu sustento”, denuncia, antes de lembrar que mais de dois milhões de famílias dependem da agricultura.

Um saco de fertilizante de 50kg custa, em média, 3.500 kwanzas, enquanto o importado tem o preço de 25 mil.

Neste momento, avança o empresário, há produtores que querem comprar fertilizantes nas suas regiões e não conseguem. E, “se há alguma coisa à venda é muito cara, por ser importada”, afirma, exemplificando que, do Bié a Longondjo, se gasta “duas horas para cá e duas para lá” e a poupança no combustível “não compensa” a viagem de cerca de 250 quilómetros.

MAIS SAUDÁVEL

Para o empresário angolano, a aplicação de fertilizante orgânico é mais saudável do que o químico importado. “O orgânico reabilita

gradualmente as diversas funções ambientais do solo, aumenta a resiliência da terra face às alterações climáticas e promove a sustentabilidade ambiental”, aconselha. Contactada pelo VALOR, uma fonte do Ministério da Agricultura e Pescas negou haver qualquer registo oficial de uma rede de distribuição de fertilizantes importados, mas assegurou existir no país um lóbi forte neste segmento da agricultura, que descreve como “bastante influente”.

EXPORTAÇÃO

Para se livrar da “asfixia dos lóbis”, o patrão da Soyadubos está a criar estruturas sólidas para mergulhar no mercado da exportação. Sousa Jerónimo assegura existirem “contactos avançados para exportar para a Namíbia e Zâmbia”, cujos empresários visitaram a fábrica de Longondjo em 2019. “Estamos na fase de preparação dos rótulos em língua inglesa. Temos a certeza de que no tempo certo vai acontecer”, assegura.

Entrevista

CARLOS DOS SANTOS, PCA DA CCALAS

“O Governo não deve organizar feiras”

Defende que o Governo deve retirar-se dos eventos que apenas dizem respeito aos privados, justificando que “são estes que criam emprego”. Carlos dos Santos quer mais disciplina no sector e critica os “paraquedistas” que querem fazer feiras sem conhecimento. “O problema é que todo o mundo quer fazer, mesmo sem parâmetros”, contesta.

Governo não deve ser organizador de feiras. Há gente formada para esse objectivo. O que vemos é que o Governo quer ser jogador e árbitro ao mesmo tempo. Assim não vamos conseguir criar empregos.

Mas a CCALAS organiza feiras em parceria com os governos provinciais, não?

É através dos governos provinciais que estamos a avançar. Neste país e particularmente nesta altura de crise que se arrasta já desde 2014, não se faz feira sem apoio do Governo. Mas o que queremos é que o Governo entenda que são os empresários que devem fazer por serem conhecedores. O que notamos é que, em algumas províncias, encontramos administrações que, por algum motivo, também querem realizar feiras sem chamar entidades abalizadas. Isso é preocupante.

O que terá acontecido com a Fil na gestão da Filda?

A que faliu a Fil na Filda não é senão a ambição dos homens. A luta de colossos de querer ficar à frente das coisas. O que acontece muitas vezes em Angola é que nós não fazemos e não queremos que os outros também façam.

Não pode ser mais explícito?

Na transferência da gestão da Expo-Angola para a Fil, não houve transparência na passagem de pastas. Depois da Expo-Angola de José Severino, veio a Fil de Matos Cardoso que fez crescer o negócio de feiras. E quando sobe a fasquia, ou seja, o negócio, então houve pessoas que tudo fizeram para travar a progressão, porque achavam que estava a entrar muito dinheiro, o que também é normal porque o gestor era inovador.

As instalações da Filda estão em avançado estado de degradação...

Aquelas instalações são do Governo e este não deve admitir a perda desta grande infra-estrutura de exposições. É triste o que se está a passar.

A CCALAS aceitaria um eventual desafio de organizar as feiras naquele espaço?

Sem dúvida nenhuma. Temos capacidade e poder de organização. Não porque somos melhores, mas por sermos diferentes e especializados.

Dizia-se que a Filda estava a tornar-se pequena e não suportava mais a procura. Por isso, exigia-se um novo cenário, certo?

Por Júlio Gomes

Trabalhou mais de uma década na Feira Internacional de Luanda (FIL). É daí que surge a criação da sua empresa?

Com a entrada do Grupo Arena na Filda, em 2016, e o desaparecimento da Fil, decidi criar a CCALAS com o mesmo objectivo do negócio de promoção de feiras. Portanto, 14 anos a trabalhar para a Fil, foi tempo suficiente para aprender.

E que resultados alcançou até agora?

Somos os promotores das feiras provinciais do Uige, do Kwanza-Sul, do Kwanza-Norte, de Malanje e ainda da Expo-Hotel em parceria com a Ahra, em Luanda. Temos outras feiras por realizar, como a Expo-Negócios no Norte do país e a Expo-Negócios da região Sul. Temos de saber que as feiras são o barómetro da economia e daí a necessidade desta nossa luta, porque Angola não deve ficar de fora. **Em tempo de pandemia, como vai o negócio?**

Dependemos dos eventos. Estamos há um ano parados. Com essa crise, tínhamos de reinventar o nosso posicionamento empresarial e esta-

mos a sobreviver para não fechar as portas e colocar os empregos em risco. Estamos a fazer a nossa parte.

Como, concretamente?

Tivemos de avançar para uma gráfica e manter os trabalhadores efectivos porque os eventuais são a maioria e estes só aparecem com os eventos. Mas, a partir de Maio, cremos que o ambiente de feiras voltará ao normal. Ou seja, mesmo com a covid-19, as feiras não devem parar, porque se não também pára a economia. Além disso, devo acrescentar que, mesmo com a pandemia, temos solicitação de empresários da Alemanha, da China e da Índia que querem investir em Angola.

Pode falar-se de concorrência num mercado com apenas duas empresas?

Era necessário acabar com o monopólio de uma única empresa. Tem de haver equilíbrio das empresas. Veja que, desde que entramos no negócio, há quatro anos, o balanço é positivo. A procura é tanta e uma única empresa ditava as regras. Desde que surgimos, por exemplo, baixámos os preços dos stands. O metro quadrado para montagem de um stand de 18 ou 19 metros quadrados fica por 35 mil kwanzas. Somos bem aceites e só espero que voltemos ao trabalho o mais cedo. Quando estamos no mercado e sabemos fazer as coisas, nada há a temer. Temos a consciência do que

estamos a fazer, portanto, vale é o profissionalismo.

O que estas feiras representam em termos de volume de negócios?

Estamos a falar de uma média de 200 milhões de kwanzas por cada evento, num calendário com 10 feiras por ano.

Há espaço para mais empresas do género?

O que se deve disciplinar? O problema é que todo o mundo quer fazer feiras sem conhecimento. Há trâmites a observar. Nos últimos tempos, vemos até paraquedistas a realizar feiras. As feiras têm parâmetros. Somos a ligação da entrada do investidor estrangeiro. Por isso o



Mário Nogueira © VE

“As instalações da Filda são as maiores do país e havia muito espaço por ser explorado. Quando se dizia que as instalações eram pequenas, ali havia interesses que faliram o negócio.”

Foi uma política que nunca aceitei mesmo estando por dentro da Fil. As instalações da Filda são as maiores do país e havia muito espaço por ser explorado. Quando se dizia que as instalações eram pequenas, ali havia interesses que faliram o negócio. Então vejamos: se as instalações da Filda eram pequenas, quem me garante que ali onde estão na Zona Económica Especial são maiores?

O que acha?

É preciso assumir a verdade: são instalações sem condições. Prejudicam o próprio gestor da Filda. Aliás, todas as feiras que por lá se passaram não tiveram sucesso de público como era de esperar por causa do difícil acesso. Fica muito longe. Por isso é que, volta e meia, a empresa promotora da Filda realiza feira na marginal, porque acha que há eventos que não podem ser levados para lá.

Mas a CCALAS não precisa de espaço próprio de exposições?

Temos um acordo com o Governo para fazermos as feiras ao redor do estádio 11 de Novembro. É também uma forma de dinamizar a área.

Mas as feiras cumprem mesmo o papel de serem janelas abertas para o mundo?

De alguma forma cumpriram porque, se não estou errado, 90% de empresas estrangeiras que actuam no mercado entraram em Angola por via das exposições em feiras. **A ideia foi sempre de alavancar a indústria ou a agricultura sectores que até hoje não descolam. Ou seja, estão atrasados. Fala-se muito e faz-se pouco, ou não é esta a sua percepção?**

O problema é das políticas. Há alguma abertura, mas o Governo deve definir bem as coisas, porque ainda temos alguns monopólios que devem ser desmontados. Não é só procurar alguns e dizer que estamos a dar financiamento. É capacitar para que haja boa gestão. Por isso é que as feiras da CCALAS estão mais voltadas para a produção local, porque entendemos que, se produzirmos localmente, melhor será para reduzir as importações, o que é benéfico para o próprio processo de desenvolvimento do país.

As metas ficam longe?

Temos muitas fábricas paradas, algumas das quais eram das melhores e maiores em África mas, por causa da ambição de alguns, estão paradas. Às vezes, pensamos que



Mário Mujica © VE

pagarmos impostos, não estaremos a fazer nada. No passado, no nosso país, os grandes contribuintes não pagavam impostos e eram sacrificadas as pequenas empresas. Hoje, o cenário é diferente e penso que, neste domínio, alguma coisa tende a melhorar e por isso há muita queixa, mas temos que procurar a razão.

Estamos a partir de um bom pressuposto?

O ser humano tem o carácter de criticar, mas somos nós que depois quando vemos as coisas a acontecer aplaudimos. É bom dar o benefício da dúvida a quem está a caminhar.

O que isso significa?

As políticas podem ser boas, mas, enquanto uns puxam para frente, outros fazem o contrário. Portanto, o país está a ser conduzido desta forma. É uma pena, porque um líder, se não tiver uma boa equipa, não ganha.

Está a referir-se ao Governo?

Podemos ter o melhor líder do mundo mas, se a equipa económica falha, complica tudo. A equipa tem falhado, mas ainda assim também podemos encontrar alguns resultados positivos. Refiro-me, por exemplo, às feiras. Ontem, era apenas a Arena, mas o mercado está aberto para todos e hoje também estamos no mercado. O problema, volto a dizer, é que não é só fazer feiras, porque temos amigos no Governo. É preciso ter projecto e empresas vocacionadas. Veja, por exemplo, que o Ministério da Indústria e Comércio, que é o regulador, está com a feira do campo. A ideia é boa, mas acho que não seria o ministério a fazer a feira. Qual é o balanço que vai fazer? Deve dar isso aos privados especializados que criam emprego.

Qual tem sido o vosso apelo?

Às vezes temos medo de entregar os nossos projectos aos ministérios. Você entrega um projecto de uma feira mas, porque quem o recebe tem influência neste ou naquele departamento governamental, quando assusta, o seu projecto está a ser executado e mal por uma outra entidade. Isso é doloroso.

Já aconteceu convosco?

Muitas vezes. O que nós fazemos é dar a conhecer para termos o aval do ministério, mas depois somos surpreendidos com outros a fazer. O mercado funciona assim, infelizmente.

O problema é que todo o mundo quer fazer feiras sem conhecimento.

Há trâmites a observar. Nos últimos tempos, vemos até paraquedistas a realizar feiras.

Às vezes temos medo de entregar os nossos projectos aos ministérios.

somos bons empresários, mas, se não tivermos formação, não iremos a lado nenhum, ou seja, estaremos a atirar dinheiro ao ar. No domínio da agricultura, por exemplo, é preciso saber quais e onde estão os camponeses e fazer chegar os insumos, com supervisão. Nas províncias onde realizamos feiras, debatemo-nos sempre com essa problemática da fiscalização dos insumos. Isso está em falta. É preciso rever a política dos insumos aos agricultores.

Mesmo com uma produção familiar residual...

No passado, quem fez a agricultura foi o sector familiar, os camponeses. Se não potenciarmos o pequeno agricultor, o grande não cresce. O estrangeiro não planta mangueira, mas o milho porque, daqui a semanas, vai colher. O nativo planta a mangueira, porque tem esperança de colher manga num horizonte de dois a três anos. Às vezes, queremos tudo rápido e erramos. Por isso é que a nossa empresa surge não simplesmente para ganhar dinheiro. Fazemos e damos a conhecer o que é uma feira, porque o empresário está na

Perfil

GESTOR DE FEIRAS

Formado em Portugal e no Brasil, Carlos dos Santos Calas é licenciado em gestão e planificação de feiras e em Relações Internacionais e faz parte de um reduzido grupo de 20 gestores de feiras do país. “O nosso foco é fazer feiras lá onde se deve produzir, porque entendemos que a vida se faz no interior. Para lá levamos o investidor estrangeiro”, afirma, agradecendo a Matos Cardoso por ter sido o impulsor da sua formação no estrangeiro.

feira e o que dela espera no final. Depois fazemos o balanço. Portanto, o nosso papel tem sido também pedagógico.

O ambiente de negócios tem sido muito criticado...

Quando fecham empresas, por exemplo, isso depende muito das políticas do Executivo. Nós estamos aqui para sermos os grandes contribuintes da AGT. Se não

DE JURE

NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO

AN vota proposta de revisão constitucional

PLENÁRIA. Proposta de revisão “pontual” da Constituição é justificada por João Lourenço com a necessidade de “preservar a estabilidade nacional e os valores” do Estado democrático e de direito”. Casa-CE lamenta não agendamento da discussão sobre a Institucionalização das Autarquias. Unita ‘queixa-se’ de sucessivas violações da Constituição no que diz respeito ao tratamento igual aos partidos políticos.



vada pelos líderes dos grupos parlamentares, está igualmente para este mês, mas no dia 24, uma sessão extraordinária, para a apreciação e votação de vários pontos, entre os quais, na generalidade, a proposta de Lei que altera a Lei sobre o Imposto Especial de Consumo e a Proposta de Lei do Voluntariado.

Na mesma sessão, serão também apreciados e votados projectos de resolução para a adesão e ratificação por Angola de importantes instrumentos internacionais, nomeadamente o Acordo entre os Estados-membros da Comunidade de Desenvolvimento de Países da África Austral (SADC) Relativo ao Estabelecimento do Centro para as Energias renováveis e Eficiência Energética da SADC.

Em declarações à imprensa, o líder do grupo parlamentar da Casa-CE), Alexandre Sebastião, lamentou por não

MEMORIZE

- Proposta de revisão pontual da Constituição vai ser apreciada e votada como ponto único. Presidente João Lourenço justificou a proposta com a necessidade de “preservar a estabilidade nacional e os valores” do Estado democrático e de direito”.

ter sido agendada a discussão da proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias, destacando a discussão da proposta de revisão pontual da Constituição da República.

“Alguns documentos que estão nas comissões continuam encravados nas gavetas, não é desta que vamos vai discutir a Lei da Institucionalização das Autarquias”, disse o líder do grupo parlamen-

tar da segunda maior força política na oposição.

Sobre a proposta de revisão da Lei 8/19, sobre o Imposto Especial de Consumo, Alexandre Sebastião considerou mais um encargo para os consumidores, atendendo a ainda fraca produção interna.

“Tudo depende das importações e como consequência, aplicando determinados impostos nos produtos da cesta básica, estamos a piorar, a elevar a estrutura de custos do comerciante e chegar ao consumidor a preços muito altos”, disse.

Por sua vez, a segunda vice-presidente do grupo parlamentar da Unita, Mihaela Weba, disse que todos conteúdos agendados foram aceites, mas uma proposta para a reunião plenária do dia 24, de discussão do comportamento da comunicação social pública, antes do período da ordem do dia, não foi aceite.

Para a deputada, as sucessivas violações da Constituição no que diz respeito ao tratamento igual aos partidos políticos, independentemente de terem assento parlamentar ou não, está na base da sua pretensão.

“Como no dia 24 haverá declarações políticas, não foi possível aceitar a nossa pretensão”, disse, acrescentando que solicitaram igualmente a tomada de posse do membro indicado pela Unita na Entidade de Regulamentação da Comunicação Angolana (Erca), se for publicada em Diário da República.

Já para Manuel da Cruz Neto, do grupo parlamentar do MPLA, houve consenso na escolha dos pontos a serem discutidos, salientando que relativamente à revisão constitucional todos concordam que “é bem-vinda”.

“Que é necessária, porque o contexto da aplicação da Constituição é sempre dinâmico, criar novos contextos e é preciso ajustar”, sublinhando que a proposta do Presidente é um indicador que está atento às propostas da sociedade.

No início deste mês, o Presidente da República anunciou a necessidade de uma revisão pontual da Constituição em vigor desde 2010, necessária para “preservar a estabilidade nacional e os valores” do Estado democrático e de direito.

A revisão pontual incide sobre a clarificação do modelo de relacionamento institucional entre o Presidente da República e a Assembleia Nacional, no que se refere à fiscalização, há vários anos reclamadas pelos deputados da oposição, a consagração do voto dos angolanos no estrangeiro, a retirada do princípio do gradualismo para a implementação das autarquias, a independência do banco central angolano, entre outras.

Por Redação

A proposta de revisão pontual da Constituição da República de Angola, feita pelo Presidente João Lourenço, vai ser apreciada e votada na Assembleia Nacional esta semana (no dia 18), como ponto único dos trabalhos. De acordo com a agenda apro-

MOHAMMED BIN SALMAN

Ou vêm de vez ou ‘tundaa’

LIDERANÇA. Se certamente a expressão muito angolana ‘tundaa’ não existe em árabe, provavelmente haverá outra semelhante, e que ilustre bem o murro na mesa que o príncipe saudita deu na semana que passou, que está a causar o pânico entre as multinacionais a operar naquele que é o maior produtor de petróleo do mundo.

Por Redacção

A gestão macroeconómica do jovem príncipe saudita, Mohammed Bin Salman, que assumiu o país

em 2015, conheceu na semana passada mais uma viragem drástica do estilo “ou vai ou racha”.

O convite para as multinacionais se instalarem na capital, Riade, já havia surgido no ano passado, e anteriormente como parte do seu plano de modernização da economia e da vida social do país. Mas como apenas 24 empresas demonstraram interesse no generoso plano fiscal que incluía 50 anos de isenção fiscal e isenção de quotas de contratação local, o príncipe resolveu transformar o convite numa ordem.

Bin Salman deu três anos às multinacionais que quiserem continuar a fazer negócio com o maior exportador de petróleo do mundo, para se mudarem para Riade e aí construírem as suas sedes.

Os incentivos para a instalação de sedes que de momento se encontram em países árabes próximos, mas vistos como mais ocidentalizados como Dubai onde vivem milhares de executivos de multinacionais a operar no país, são evidentes, não fosse a Arábia Saudita a maior economia da região. Outros incentivos para que as empresas lá se quisessem instalar são a modernização da



emissão de vistos, o aligeirar de restrições às mulheres e sobretudo as centenas de biliões de USD que Bin Salman pretende despende em contratos apetecíveis para construção da sua visão da capital árabe do futuro.

Mas nem isso foi suficiente para as grandes empresas se comprometerem com a instalação de operações locais porque o conservadorismo rigoroso da Arábia Saudita intimida os empresários e os funcionários das grandes multinacionais que

não querem por exemplo ter de lidar com a polícia religiosa do país ou com a proibição do consumo de álcool. Para não falar do próprio príncipe Bin Salman, que para além de ser conhecido por ter fechado num hotel durante meses os maiores empresários do reino, foi recentemente identificado como o mandante da morte e desmembramento do jornalista Jamal Khashoggi em 2018 no consulado saudita em Istambul na Turquia.

Segundo o Financial Times

e a Bloomberg, que falaram com executivos de empresas a operar no país, “a reacção inicial foi de pânico”. Depois do susto, alguns executivos sugeriram que podiam apenas chamar às divisões lá instaladas “sede”. No entanto o ministro do investimento, Khalid Falih já avisou que os contratos futuros autorizados por Riade, serão apenas para as empresas com operações, centros de decisões e com fluxos financeiros locais a receber os fabulosos contratos governamentais. “O conceito da Arábia Saudita como o país para se fazer muito dinheiro para gastar lá fora tem os dias contados” disse um empresário local.

O anúncio surge pouco depois do último relatório do FBI responsabilizar o Bin Salman pela morte do jornalista Khashoggi e da possibilidade (ainda que remota) de sanções económicas serem levantadas contra a Arábia Saudita, numa eventualidade com menos repercussões se as multinacionais tiverem operações sediadas localmente.

As companhias que quiserem continuar a operar na Arábia Saudita têm de sopesar os custos de investimento para garantir operações locais, que alguns analistas já colocam em 25%, o realojamento dos seus funcionários e as respectivas condições para que vivam em Riade versus o acesso ao tesouro da maior economia árabe. Uma decisão difícil pela fragilidade das empresas e dos seus contratos, face à vontade do governo saudita. Um definitivo desafio de gestão.

24

Empresas demonstraram interesse no generoso plano fiscal que incluía 50 anos de isenção fiscal e isenção de quotas de contratação local

(In)formalizando

PRIORIDADE A EMPREENDEDORES UNIVERSITÁRIOS

BNA impulsiona aceleração de startup

Programa do BNA prevê apoiar ideias de negócios digitais de estudantes universitários.



Durante três meses o Banco Nacional de Angola (BNA), com o Acelera Angola e o Beta-I, vai ajudar estudantes universitários com ideias de negócios digitais a melhorarem e a fazerem crescer

o negócio através do programa de pré-aceleração denominado 'Beta-Start LISPA'.

A formação, cujo objectivo é "desenvolver um ecossistema empreendedor", permitirá aos estudantes universitários aprenderem a validar as soluções no mercado, através da criação de versões iniciais do produto,

desenhar um modelo de negócio orientado para o cliente, testar e estruturar os modelos de receita e de custo. Igualmente, serão dotados de ferramentas para apresentação eficaz do negócio a clientes ou potenciais investidores.

Para o efeito, serão submetidos a vários workshops, ses-

sões de formação individuais e acompanhamento de mentores, por sinal quadros do BNA, integrantes do Acelera Angola e Beta-I. A acção formativa conclui com a apresentação pública das ideias de negócios diante de investidores.

APOSTA NA INCLUSÃO FINANCEIRA

Com o objectivo de promover a inclusão financeira, o BNA anunciou que vai subsidiar 2.500 TPA, com um encargo global de 300 milhões de kwanzas, para microempresas ou empreendedores em nome individual, titulares de contas bancárias simplificadas para fins comerciais, isso três dias depois de o VALOR destacar a dificuldade enfrentadas pelos empreendedores no acesso aos Terminais de Pagamento Automático (TPA).

No acordo com o regulador, é notável a ausência dos grandes bancos comerciais. Os aparelhos serão facilitados pelos bancos Sol, Valor, Prestígio, Caixa Geral Angola, Banco Comercial Angolano, Banco Yetu, Finibanco, Banco Keve e Standard Bank Angola.

Entretanto, os empreendedores Inene dos Santos e Daniel Martins aplaudem a iniciativa e esperam ver na prática a execução. Para Daniel Martins, o programa de inclusão financeira terá "grande êxito", se a opção for via telemóvel, como se provou com a experiência do serviço Kixikila Money, do extinto Banco Postal. Em dois anos, o banco atingiu 1,5 milhões de contas, contra os 500 mil de outros dois players.



A PEDIDO DA ATA

Mintrans promete meios a taxistas

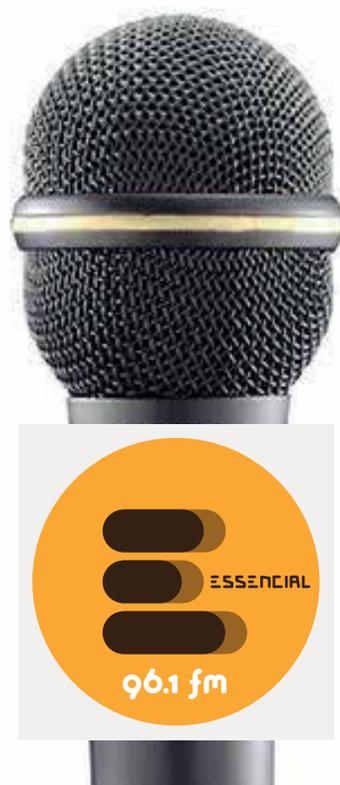
O ministro dos Transportes, Ricardo D'Abreu, prometeu apoiar a Associação dos Taxistas de Angola (ATA) com viaturas no sentido de aumentar a frota e a empregabilidade neste segmento de serviço. Segundo Rafael Inácio, presidente da ATA, a garantia foi dada no encontro que manteve com o ministro a semana passada.

Está previsto a entrega de autocarros, cujo número ainda não está precisado, aos associados agrupados em cooperativa.

"A ideia não é ficar apenas pelos táxis colectivos personalizados, ou hiaces, também passar para a categoria de transportes pesados de passageiros", refere, explicando as viaturas serão pagas de forma bonificada. Nos próximos dias a ATA reúne novamente com o mintrans e os ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) e da Economia e Planeamento, para acertar questões ligadas a formalização e profissionalização da actividade. Com perto de 30 mil associados, a ATA vê realizada gradualmente a luta de registar na Segurança Social os seus associados.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões



As boas experiências de combate a pobreza!



João Shang,
investigador de
Kwenda
Instituto

cataloga como pobre tem o costume de ser o acesso a recursos como saúde, educação, moradia, água potável, assistência médica, etc. Mesmo assim, é costume que se considerem importantes para efectuar esta classificação as circunstâncias de trabalhos e nível de recursos.

Para os indivíduos, a pobreza é fome, desemprego, baixo salário, baixo de nível de vida ou doenças. No mundo, há 20 países mais pobre e só os do continente africano são 16 países. Inclusive alguns países africanos estão a cair na 'Armadilha da pobreza'.

A variedade de elementos citada faz com que a tarefa de medir a pobreza seja regida por diversos parâmetros. Sabe-se que existem dois critérios: o chamado 'pobreza absoluta' que se enfatiza nas dificuldades para alcançar níveis mínimos de qualidade

de vida (nutrição, saúde, etc.) e outro "pobreza relativa", que se significa na ausência de recursos para a satisfação das necessidades básicas.

As zonas que se registam como mais comprometidas com este fenómeno são, sem dúvida, as do terceiro mundo, destacando-se marcadamente as de África, nas quais o percentual de população abaixo da linha de pobreza chega a superar os 60% em alguns países.

Apesar deste predomínio de pobres nos países subdesenvolvidos, os países do primeiro mundo também deverão fazer frente a esta problemática, principalmente devido às ondas imigratórias de pessoas que buscam melhoras em seus padrões de vida. Sendo assim, fica evidente que permanecer impávido ante os problemas económicos e sociais do terceiro mundo não

somente pode entender-se como uma postura objectiva desde um ponto de vista ético, senão como uma política contraproducente. Na actualidade, as pessoas mais afectadas pelo flagelo da pobreza correspondem ao sexo feminino, registando neste grupo o maior número de mortes por fome.

Não há uma única definição de pobreza que seja universalmente aceita. O conceito depende dos valores de cada sociedade e é determinado conforme a lógica de cada país. A fim de traçar estratégias de combate, muitos governos e organizações internacionais adoptam medidas de pobreza baseadas nos rendimentos ou no poder de consumo de um indivíduo.

A China, um país em desenvolvimento com 700 milhões camponeses, em 2014, possuiu quase 74 milhões pobres pessoas rurais.

Nos últimos oito anos, uma média anual de 10 milhões de pessoas livrou-se da pobreza. Este é um ritmo que não teve precedentes nem paralelos no mundo.

Em 25 de Fevereiro de 2021, em Pequim, o chefe de Estado da China declarou que a China havia concluído a dura tarefa da erradicação da pobreza absoluta, criando mais um milagre registado na história.

O caminho do alívio da pobreza no país resume a experiência chinesa na persistência da liderança do Partido Comunista da China, no conceito de desenvolvimento centralizado no povo e na vantagem socialista de poder unir os esforços da sociedade para realizar façanhas importantes, entre outras.

A China começou a promover o desenvolvimento e o alívio da pobreza em grande escala desde a

Em primeira parte, conhecemos O QUE É POBREZA? A pobreza é uma situação social e económica caracterizada por uma carência marcada na satisfação das necessidades básicas. As circunstâncias para especificar a qualidade de vida e determinar se um grupo em particular se

Torna-se crucial para as organizações definirem um framework de relato de informação não financeira.

A China estabeleceu um mecanismo de trabalho que reúne os esforços do governo central e das diferentes regiões, formando um sistema de combate à pobreza com a participação de toda a sociedade.

A fim de traçar estratégias de combate, muitos governos e organizações internacionais adoptam medidas de pobreza baseadas nos rendimentos ou no poder de consumo de um indivíduo.

adopção da política de reforma e abertura. Em 2012, a China colocou a luta contra a pobreza como prioridade da governança do país.

A China estabeleceu um mecanismo de trabalho que reúne os esforços do governo central e das diferentes regiões, formando um sistema de combate à pobreza com a participação de toda a sociedade.

Sendo o maior país em desenvolvimento do mundo, a erradicação da pobreza na China também demonstrou o avanço do país na protecção dos direitos humanos e favoreceu o combate à pobreza do mundo inteiro. Dados mostram que a contribuição chinesa para a redução da pobreza mundial superou 70%. O país completou, 10 anos antes do previsto, as metas relacionadas ao alívio da pobreza da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável.

Para a China, a erradicação da pobreza, a melhoria do padrão de vida da população e a prosperidade comum são exigências essenciais do socialismo e, por isso, a saída da pobreza não é o ponto final, mas sim um novo ponto de partida.

Nos trabalhos seguintes, a China combinará a consolidação dos êxitos do alívio da pobreza com a revitalização da zona rural e continuará a esforçar-se para a realização da prosperidade compartilhada.

Para os indivíduos, é necessária muita perseverança e muito trabalho para se livrar da pobreza. Porque a pobreza é um demónio, a pobreza faz com que as pessoas fiquem impacientes, envergonhadas, ansiosas por um sucesso rápido e difíceis de tolerar. Os pobres, por razões económicas, só podem correr para sobreviver, perseguir expectativas de curto prazo e aprender a praticar o “pragmatismo”. Visto que aprender e receber educação requerem muitos anos, os pobres não têm paciência para esperar por esse ciclo de retorno do investimento.

Pequena parte do dinheiro dos pobres, descontada a maior parte usada para consumo, serve para aplicar em altos retornos de curto prazo, como ingressar em organizações ilegais. Esta é uma abordagem muito arriscada e é muito provável que perca dinheiro.

A coisa mais importante para os pobres saírem de seus problemas é ser frugal e economizar capital antes de poderem investir no futuro. Somente o capital pode reduzir a ansiedade dos pobres e apoiá-los para investir no futuro. Portanto, economizar capital por meio da frugalidade torna-se extremamente importante. Além disso, o aprimoramento da capacidade de autocontrolo e o estudo árduo também devem ser enfatizados, porque a aprendizagem ao longo da vida se tornou a chamada dos tempos e a nova era da inteligência artificial chegou. Para ser substituída, no máximo, por robôs, é necessário estabelecer para aprender mais cedo as novas habilidades e novas tecnologias.

A pobreza é um demónio, mas podemos alcançar a vitória com boas políticas, de acordo com as diferentes condições de cada país. Ou seja, formular políticas adequadas às suas próprias condições nacionais.

Desafios actuais do relato das organizações



Ricardo Veríssimo,
Manager EY,
Financial
Accounting and
Advisory Services

A tendência em matéria de relatos últimos anos, acentuada pela conjuntura decorrente da pandemia da covid-19, tem sido de um maior escrutínio e exigência de transparência, pelo que se têm colocado um conjunto de desafios e pressão acrescidas aos CFO e à Gestão das organizações.

O relato financeiro é cada vez mais complexo e exigente, tendo de acompanhar a evolução das operações, que se transformam de forma mais célere devido à digitalização e à globalização da economia. É igualmente necessário dar resposta às crescentes exigências de diversos stakeholders, levando a que as organizações

necessitem recolher, analisar, harmonizar e reportar um cada vez maior e mais diverso volume de informação.

Embora a digitalização do processo de relato possa ser, per si, um desafio para as organizações, é, ao mesmo tempo uma oportunidade para dar resposta às exigências e desafios actuais. Com efeito, a utilização de sistemas de informação inovadores e de data analytics complexos permitem tornar o processo de relato mais célere, eficiente, preciso e melhor integrado.

Por outro lado, verifica-se uma tendência convergente entre os investidores no que concerne à avaliação de factores ESG – Environmental, Social and Governance (factores ambientais, sociais e de governo) das organizações. Através de um estudo realizado pela EY a nível mundial (referente a 2020), concluiu-se que 98% dos investidores têm em consideração divulgações de factores de sustentabilidade e que 72% conduzem uma avaliação estruturada dos mesmos, com impacto directo nas suas decisões de alocação de capital.

Adicionalmente, verifica-se uma progressiva alteração do foco no valor apenas para o accionista, para um foco numa diversidade de stakeholders. Quer isto dizer que o valor de uma organização está alavancado em dimensões como a) Consumidor (ofertas inovadoras; reputação, confiança e lealdade da marca), b) Humana (bem-estar; retenção, diversidade e desenvolvimento de talento; cultura), c) Sociedade (impacto económico, social e ambiental; criação e protecção de empregos; cumprimento de obrigações fiscais) e d) Financeira (vendas; quota demercado; melhoria de margens; otimização da alocação da estrutura de capital).

Deste modo, torna-se crucial para as organizações definirem um framework de relato de informação não financeira, com impacto na sua capacidade de criar valor para os stakeholders, estabelecendo boas práticas de governação, implementando controloeficazes e submetendo a informação à revisão de uma entidade especializada e independente, de modo a aumentar a confiança e a transparência para os utilizadores.



Opiniões

E agora pergunto eu...

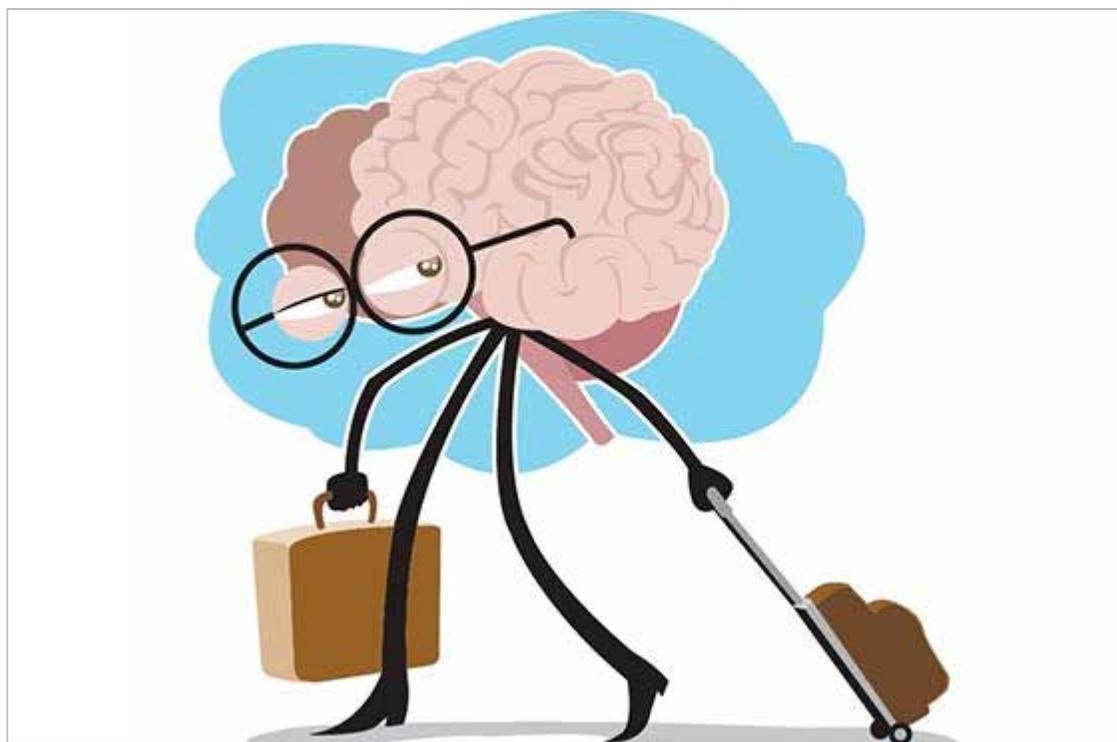


Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Bem-vindo, querido leitor, a este seu espaço onde perguntar não ofende, numa semana em que perguntas sobre a segurança das vacinas anti-covid estão novamente a ser colocadas por autoridades de saúde de vários países e em que algumas, como a Noruega a Dinamarca ou a Itália até as suspenderam.

Mudando de hemisfério e também esta semana, aconteceu uma situação que, para os envolvidos, não tem piada nenhuma, mas que, para quem está de fora (e longe o suficiente), tem alguma piada quanto mais não seja porque coloca um dilema entre dinheiro e segurança que as grandes multinacionais, normalmente com o melhor dos dois mundos ao dispor, raramente enfrentam.

O príncipe saudita, Mohamed Bin Salman, lançou o pânico absoluto entre as muitas multinacionais a operar no seu país, aquele que é o maior exportador de petróleo do mundo, um país riquíssimo, ao informar que as empresas que quiserem fazer negócio com a Arábia Saudita têm três anos para estabelecerem sedes e raízes em Riade, a capital do país. O príncipe já havia anunciado que vai gastar mais de 200 mil milhões de dólares para a tornar numa cidade do futuro, com os últimos gritos tecnológicos e afins, o que, em qualquer outro lugar, poderia ser dinheiro suficiente para irem todos a voar, já havia prometido incentivos fiscais jeitosos, como isenção de impostos e da obrigatoriedade de contratação local, e, mesmo assim, as empresas nada de se chegarem à frente para lá ficar. Escolhem ter sedes e funcionários de topo em países vizinhos



vistos como mais brandos no que toca às leis do mundo árabe, países como o Dubai. E como só aí 20 empresas aderiram ao convite, o príncipe perdeu a paciência (o que não é a primeira vez) e transformou o convite numa ordem ao decidir que quem quiser ficar com um pé fora do país fica com os dois e já não há negócios.

Este anúncio surge numa altura nada inconspícua em que os EUA emitiram um relatório sobre a morte e desmembramento do jornalista Jamal Kashoggi, que aponta para o envolvimento do príncipe saudita e em que, se a nova administração Biden quiser ficar na história por pôr valores à frente de parcerias económicas, podem levar a sanções que vão dificultar a vida no reino e mudar o panorama geopolítico mundial. Quanto às multinacionais que lá operam, vamos ver se o dinheiro pesa mais do que o receio justificado de se cair na lista negra do poder saudita e de ser desmontado como um puzzle e espalhado por aí. O artigo sobre o assunto no Financial Times era engraçadíssimo e terminava com um palavrão de um empresário estrangeiro com operações na Arábia Saudita, afirmando algo como “lá viver ‘hell no’, isso é que não”.

A propósito de hell, e passando

agora à nossa actualidade, continua a ser absolutamente sinistro ouvir o partido no poder repetir o novo mantra “vão assustar já está”... É, de facto, um susto ouvir que o partido no poder considera a sua reeleição um susto e sobretudo ver a decadência de se passar de palavras de ordem do Fundador da Nação, para palavras de ordem de um actor e modelo famoso (sem qualquer demérito para este último). Mas é sinistro sobretudo porque o “vão assustar já está” soa àquele holiganismo político do adepto acéfalo que apoia o seu clube acima da sua selecção nacional. Treinador fez substituição ehhehhhh – batem palmas “porque génio”, “porque estratégia, porque, porque”. Não sabem porque é que a equipa não consegue ficar coesa há tanto tempo, mas se o treinador substituiu só pode ser génio, aplausossss. Desdisse que a Constituição não era para mexer “palmaasss, mestre, xequemate”...

Se o chefe não os conhecesse bem, não soubesse tão bem quanto rápido mudam de ideias quanto à performance do treinador, quanto rápido acenam lencinhos brancos (como fizeram ao outro sem vestígios de lealdade), se não soubesse bem disto o treinador actual (que deu a bassula que deu no

anterior), talvez acreditasse nessas palmas e elogios com que o cobrem os adeptos.

E agora pergunto eu, e se essa lealdade fosse para com a selecção mais do que com os clubes, mais com o país em vez de para com os partidos? Que país teríamos? Talvez tivéssemos melhores instituições, os melhores de todos os partidos ao serviço do bem comum, mais do que ao serviço dos seus interesses individuais.

Na semana passada, o Valor Económico publicou o estudo da consultora BCG, revelando o que não é novidade para ninguém, que os angolanos cada vez mais querem sair do país. E é isso o que torna mais triste todo esse holiganismo político que fica a aplaudir quando ninguém sabe muito bem o que merece aplauso. O estudo também revelou que aumentou o número de estrangeiros que gostariam de vir trabalhar em Angola, mas se quem está no país só quer fugir é porque sabe algo que quem está fora não sabe. Para não falar que, em todo o mundo, os países que cederam aos populismos tornaram-se menos atractivos, ajudando o nosso a melhorar no ranking. O que é facto é que quem está em Angola cada vez mais quer fugir do país.

E nem é difícil ver porquê, para além da lixeirada em que está transformada a capital, que aglutina o maior poder financeiro, a educação é má, a saúde pública é péssima e o sistema de justiça, dependente do interesseiro sistema político, tudo factores que afugentam quadros.

Os meus afilhados que vivem em Londres desde pequenos, e que eu aqui há uns anos aconselhava a voltarem para Angola depois dos cursos terminados para irem contribuir para o país, que também é deles, se desenvolver, ouvem falar da burocracia, das dificuldades de legalização de terrenos, do pesadelo que é tratar de qualquer documento, da falta de escolas e de hospitais, do quão caras as unidades privadas são, vêem os kwanzas que o pai manda com cada vez mais dificuldade de Angola para o Reino Unido e que transformados em libra pouco valem, vêem as fotos da lixeirada em que está transformada a capital e respondem-me algo como os empresários internacionais respondem à ideia de se fixarem na Arábia Saudita... Hell no! E é por isso que o nosso país, diferente de outros em África, quase não conta com remessas dos seus compatriotas no exterior,

Os cabo-verdianos no estrangeiro mandam cerca de 200 milhões de dólares por ano para Cabo Verde, mais de 10% do PIB de Cabo Verde são remessas de cabo-verdianos que não só enviam para a família, mas para construir casas e negócios no país para onde mais tarde querem voltar. Os portugueses em Angola enviaram mais de 50 milhões de dólares de Angola para Portugal só no primeiro trimestre do ano passado, que era de pandemia. Enquanto os angolanos a trabalhar em Portugal enviaram pouco mais de dois milhões. O que se manda de fora para cá, muitas vezes, por via de corredores sem registo, manda-se cada vez mais só para sobrevivência da família que fica para trás, não porque se quer construir aqui e voltar ao país para trabalhar e viver assentar a família. O angolano comum tem cada vez mais dificuldade de ver o país como o ideal para os seus filhos. E enquanto Angola se vai tornando cada vez pior para os angolanos, os adeptos “eeehhhh” batem palmas emocionados com a performance do clube do coração... custa a ver.

“Nenhuma companhia investiu em Angola: as companhias financiaram investimento e o Governo reembolsou-os atempadamente. Com ‘juros’ elevados. E, lambuzaram-se no melão como bem entenderam.”

Quanto vale a Sonangol



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

Baseado numa notícia muito sumária e publicada no Jornal de Angola de 5 de Março, o povo angolano ficou a saber oficialmente que a nossa Sonangol vale dependendo da disposição e do dia da semana entre 21 e 27 mil milhões de dólares. Só. E, que a serem privatizados 30% do seu ‘eu’, o estado arrecadaria entre seis e oito mil milhões de dólares.

Faço referência à minha opinião outrora formulada sobre o valor da Sonangol que, segundo as minhas estimativas, é de quatro a cinco vezes mais que o valor agora publicado. Muito mais dinheiro que até faz falta ao país. Por aqui, vê-se o que é evidente: eu não estou de acordo com essa avaliação. Será que quem a fez sabe o que fez? Será que o fez tendo em vista os interesses do país, por outras palavras o valor real da empresa?

Na minha apreciação sobre o valor da Sonangol apresentei o racional que me levou aos números por mim enunciados. Os gestores da empresa, pouco ou nada disseram sobre isso e, assim sendo, de certeza que estamos a comparar alhos com bugalhos. Será que o Governo compreende o que está a fazer?

Porém, vamos ao acto de privatizar. Porque é que a Sonangol precisa de ser privatizada? Simplesmente porque não deve ser função do Estado actuar como um agente económico num ambiente governativo transparente e sob regras de carácter democrático. O Governo, neste tipo de sociedade, deve estar limitado à coisa pública e relacionados. Para além disso, há neste momento a necessidade de arrecadar fundos para, numa lógica racional, diminuir a nossa dívida pública que já é insu-

portável, reduzindo com os fundos obtidos a nossa exposição ao pagamento de juros, o que afecta muito seriamente a qualidade do nosso OGE. Isso do ponto de vista político e social.

Por outro lado, sendo o nosso bem maior o petróleo, é da nossa conveniência a existência de uma companhia de petróleos saudável sob o ponto de vista de administração, gestão e desempenho técnico. Será que a Sonangol está a ser bem gerida? Em tempos de guerra, a gestão funcionava com o objectivo de financiar a máquina de guerra. A Sonangol foi competente ao negociar ‘joint-ventures’ que facilitaram e ajudaram o país a tornar-se num produtor respeitável. Nesse processo, deu-se o ouro e os dedos ao ‘ladrão’ de tal maneira que os custos de produção se tornaram nos mais caros do mundo e arredores. Nenhuma companhia investiu em Angola: as companhias financiaram investimento e o Governo reembolsou-os atempadamente. Com ‘juros’ elevados. E, lambuzaram-se no melão como bem entenderam. Porque a Sonangol, por razões de sobrevivência e conveniência, deixou.

Neste momento, ao abrigo dos desejos duma nova Sonangol, a companhia deverá trazer a si a função de operadora e, pelo menos até ao presente, acredita-se que esta Sonangol como está não seja capaz de o fazer. Mais uma razão válida para a priva-

tização. Ao tornar-se uma empresa privada, a companhia terá de desenvolver-se e fazer por si mesma esse trabalho de operações que até agora tem delegado a terceiros que delapidam possíveis lucros. Os novos donos, após investirem somas avultadas, certamente que irão tomar todas as medidas necessárias para que a companhia passe a ser uma operadora e produtora de respeito. Os novos donos irão colocar um ‘board’ com competências técnicas que será responsável pelo desenvolvimento e crescimento da companhia, sem quaisquer nomeações de cores partidárias. E esse ‘board’ irá assentar o seu desempenho em pessoal tecnicamente qualificado e competente, não em afilhados de natureza política e militantes de quaisquer partidos. Os colaboradores, nessa nova organização, serão seleccionados duma forma transparente de maneira a trazerem para o local de trabalho saber, competência e motivação por verem o seu “ser” merecedor de reconhecimento. Essa nova administração, privada, trará consigo o livro de cheques necessário para prosseguir com os trabalhos de exploração e desenvolvimento que o país tanto precisa.

Pelo artigo do Jornal de Angola atrás referido, não me parece que seja esse o plano. Qualquer investidor que adquira os 30% que o Estado pretende “privatizar” vai ter que dançar a música dos 60%, a música

do Governo que não tem dinheiro nem entende o que é investimento em exploração. Aliás, será muito difícil acreditar que uma bolsa de valores ocidental aceite essa listagem uma vez que iria por em risco os fundos dos seus investidores. E assim sendo, o valor que está a ser atribuído à Sonangol torna-se irrelevante uma vez que nenhum investidor olhará para essas acções pelo seu valor próprio. A menos que se trate de uma lavagem de dinheiro.

Para ser possível a privatização pela venda de acções, a Sonangol terá de listar as suas reservas de petróleo, o que, nesta avaliação, parece ter ficado de fora. Os

Espero que a Sonangol seja realmente privatizada e não apenas esquarterada. Só assim iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem.

“assets” que contam no portfólio duma petrolífera são as suas reservas de hidrocarbonetos. É nessas reservas, e no seu valor actual e potencial, que os investidores apostam. Só que nesse caso, a avaliação está errada. De certeza absoluta que não inclui no seu cálculo as reservas. E, sem essas reservas por nós conhecidas, o que é que está a venda? Será que há alguém interessado em comprar ‘assets’, que pelo que se sabe nunca deram lucros num país onde o custo de operações, como sabemos, é o mais caro do mundo?

E aqui, dou comigo a pensar que o governo do general João Lourenço mudou de ideias a meio do percurso. Apercebeu-se que não lhe interessa vender a Sonangol. Para não voltar atrás, tendo desta maneira que dar o dito por não dito, numa jogada de xadrez clássico, cria condições para que não haja nenhum comprador disponível. Sem comprador, não há negócio nem venda parcial da companhia. Evidentemente que falo de alguma organização séria e competente. Pode ser que haja algum marimbondo capitalizado que faça essa compra num processo de trazer algum dinheiro de volta para o país e manter a paz junto da PGR.

Portanto, aqueles que como eu pensavam que iria realmente haver uma privatização da Sonangol e que dentro em breve teríamos uma companhia nacional a competir olhos nos olhos com as Total e Enis deste mundo, teremos pouco mais do que a venda duma parte minoritária duma companhia despida de reservas e como tal de valor exploratório. Estando a indústria de petróleo a caminhar para o seu termo a passos largos, não compreendo a decisão dos gestores.

Ainda vamos a tempo de reverter esse quadro maléfico. A privatização no seu sentido real é possível e lucrativa, sobretudo tendo em conta o fim próximo da indústria. Espero que a Sonangol seja realmente privatizada e não apenas esquarterada. Só assim iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Edição 249 Likes 1,1 mil Partilhas 35

A última edição do Valor Económico, alcançou mais de 30 mil internautas que reagiram e comentaram sobretudo a entrevista à Governadora do Huambo, Lotti Nolika entre as oportunidades de investimento para a província que dirige, lembrou: “seremos implacáveis contra quem subverter os propósitos do PIIM”. Os últimos comentários são os melhores à capa da edição 248, sobre a entrevista do representante do FMI em Angola, Marcos Souto que afirmava que “a estabilidade de preços requer uma postura monetária mais rígida”.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Domingos Rodolfo

Acho que ela esqueceu da tolerância zero fracassada. E está a vir aqui com avisos de meia tijela que não dão medo a ninguém no seio dos gatunos do MPLA.



Jose Martins Quintas Quintas

Fazer ou não fazer. O tempo é muito, deixem os outros mostrarem o que eles podem fazer. Angola é de todos e não tem de haver preferidos como se Angola fosse sua propriedade privada. Não venham com os falsos PIIM que é um embuste para distrair as pessoas fartas da vossa maneira de fazer governo.



Victória Moreira

Implacáveis... Mas então porquê que o Angola Urgente acabou? Afastaram o prestigiado jornalista Guilherme da Paixão que denunciava todas as sextas-feiras a roualhadeira dos milhões no tal PIIM? Agora vêm com esse jajão. Ninguém mais acredita nesses teatros, ou trabalham para o povo e deixam de roubar ou saírem dos carris.



Augusto Rei da Micha

E tirar os lixos das ruas? Estão a ser implacáveis kkkkk vocês



Joao Bernardo Correia

Seremos implacáveis. kkkk palhaçada.



Kialaca Kialaca

Mas esta Senhora e juíza ou Polícia?



Santos Ngola Muculo

HÁ CORAGEM. ATÉ O DIABO DUVIDA... ESSES COÇAM, YÁ!



Alfredo Alves

Tretas



Alfredo Alves

Quem garante que as Empresas Portuguesas cumpriram à risca o que foi contratado?



Markuz Az

Devia antes explicar a que se deve uma postura "estratégia" monetária rígida!!! Pois estabilidade de preços depende de um certo sujeito...



Freitas Mt

Incompetentes. A saída do Presidente Mobutu 100\$ está no valor de (12 milhões), a chegada do Kabila pai, baixou a nota de 100\$ no valor de 12mil. Todas as coisas estava no alcance da população. Comida, vestuário, viagens etc...



Seeverian Joseph

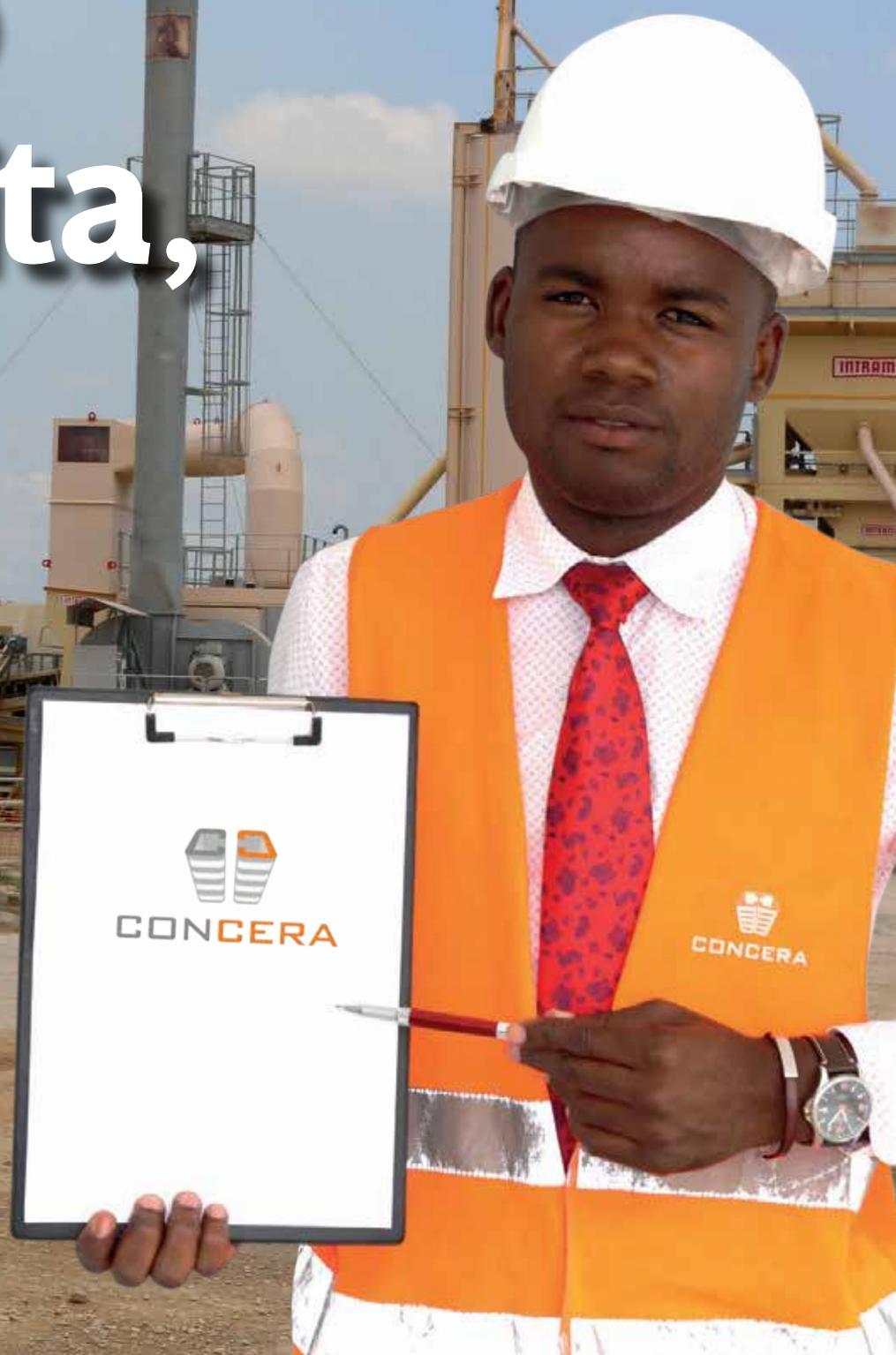
Afinal como é que a vida foi acessível no tempo da administração JES, e difícil agora pra todos angolanos? Qual é a magia. Nossos lideres não podem agradar os europeus e outros mais sim agradar os angolanos. Policiais aplicáveis noutra realidade se calhar na nossa não.



Freitas Mt

Porque não baixa a nota de 100\$ para o valor de 10 mil KZ?

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Covid-19

DEPOIS DE VÁRIOS PAÍSES TEREM SUSPENDIDO

Oxford garante que vacina da AstraZeneca é segura

A vacina contra a covid-19 desenvolvida pelo grupo farmacêutico AstraZeneca com a Universidade de Oxford é segura, garantiu um responsável da universidade que participou na investigação, após preocupações que levaram à suspensão do uso em vários países.

“Há evidências muito tranquilizadoras de que não há aumento no fenómeno do coágulo sanguíneo aqui no Reino Unido, onde a maioria das doses na Europa foram administradas até agora”, disse à BBC Andrew Pollard, director do Oxford Vaccine Group, que desenvolveu a vacina com a AstraZeneca.

O especialista frisou a importância de continuar a vacinação contra o novo coronavírus, que provoca uma doença que apresenta “enorme risco” para a saúde.

No domingo, em comunicado, a AstraZeneca disse que “uma revisão cuidadosa” dos dados de segurança disponíveis sobre

mais de 17 milhões de pessoas vacinadas na União Europeia e no Reino Unido “não produziu evidências de um risco aumentado de embolia pulmonar, trombose venosa (TVP) ou trombocitopenia em qualquer faixa etária, sexo, lote ou país específico”.

“Cerca de 17 milhões de pessoas na União Europeia e no Reino Unido já receberam a nossa vacina e o número de casos de coágulos sanguíneos relatados neste grupo é menor do que as centenas de casos que seriam esperados na população em geral”, comparou Ann Taylor, directora médica, citada no comunicado.

O governo holandês decidiu no domingo suspender o uso desta vacina, por precaução, até 28 deste mês, depois de “possíveis efeitos colaterais” terem sido relatados na Dinamarca e na Noruega com a vacina AstraZeneca, ainda sem ligação comprovada, de acordo com o Ministério da Saúde.



TEMPORARIAMENTE

Irlanda suspende vacina da AstraZeneca

O governo irlandês confirmou que cerca de 30.000 pessoas não foram imunizadas esta semana com a vacina contra a covid-19 da AstraZeneca, suspendendo temporariamente a administração.

A medida foi confirmada, após quatro novos casos de coágulos sanguíneos terem sido detectados na Noruega.

O ministro da Saúde, Stephen Donnelly, declarou estar confiante de que a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) apresentará um “relatório positivo” sobre a vacina AstraZeneca esta semana, com vista a incluí-la novamente na campanha de imunização.

O dirigente irlandês garantiu ao canal público RTE que os afectados pela medida receberão uma “nova data” para serem vacinados e sublinhou que este atraso não “terá qualquer impacto” no calendário previsto.

A decisão do governo de Dublin, acrescentou, segue a recomendação da Comissão Consultiva de Imunização Nacional (NIAC), que, por sua vez, se baseia em novos dados “fornecidos pela Agência Norueguesa de Medicamentos”. O NIAC observou que as autoridades de saúde norueguesas relataram quatro novos incidentes de coágulos sanguíneos graves em adultos após serem imunizados com a vacina contra a covid-19 da AstraZeneca.

PARA CONTER A 3.ª VAGA

Médicos alemães pedem regresso a restrições rígidas

A associação alemã de médicos intensivistas pediu um regresso imediato das restrições mais rígidas para conter a terceira vaga de covid-19.

“Com base nos dados que temos e devido à disseminação da estirpe [detectada inicialmente no] Reino Unido, defendemos veementemente voltar ao confinamento agora para evitar uma terceira vaga forte”, disse o director científico da associação de médicos intensivistas, Christian Karagiannidis, em declarações à rádio pública.

Se o governo e as regiões não restabelecerem imediatamente restrições severas, o número de doentes em cuidados intensivos, que actualmente é de 2.800, pode subir rapidamente para “cinco ou seis mil” se “dermos ao vírus a oportunidade de se espalhar”, alertou.

“Não temos nada a ganhar por ‘abrir’ a próxima semana ou as próximas duas semanas, porque chegaremos a um nível elevado [de contágios] muito rapidamente e será duas vezes mais difícil baixar os números”, avisou o médico.

As autoridades de saúde alemãs têm alertado, nos últimos dias, para o impacto de uma terceira vaga de infecções ligada à disseminação da estirpe detectada inicialmente em solo britânico, que está a aumentar o número de infecções.

“A extrapolação das tendências mostra que devemos esperar um aumento do número de casos na primeira semana de Abril em relação aos do Natal”, referiu no sábado o instituto Robert Koch, responsável pelo acompanhamento epidemiológico na Alemanha.



OS DADOS DAS ÚLTIMAS 24 sobre novos casos de pessoas infectadas em Portugal, apresentados na segunda-feira, 15, dão conta de mais 256 casos de pessoas, o que representa o valor mais baixo desde 7 de setembro (mais de seis meses).



NO BRASIL

Apoiantes de Bolsonaro protestam contra restrições

Apoiantes do Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, protestaram nas principais cidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte, contra as medidas restritivas impostas pelos governos regionais para travar a pandemia.

As manifestações foram convocadas nas redes sociais pelos apoiantes de Bolsonaro e a que concentrou mais pessoas teve lugar em São Paulo, a maior cidade do país, que reuniu cerca de mil pessoas e uma grande caravana de veículos. Os participantes, na sua maioria vestindo as cores da bandeira do Brasil e sem máscaras, protestaram contra as medidas de distanciamento social que têm sido aplicadas pelos diferentes governos regionais e municipais para tentar travar a propagação da covid-19, numa altura em que o Brasil vive o pior momento da pandemia.

Os governos regionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, entre outros, impuseram nos últimos dias medidas como obrigação de recolher nocturno, proibição de eventos com aglomerações e encerramento de comércio, numa altura em que os hospitais estão à beira do colapso por falta de unidades de cuidados intensivos.

As medidas têm sido criticadas por Bolsonaro, que desde o início da pandemia tem desvalorizado a gravidade da covid-19, tem defendido o uso de medicamentos contra a covid-19 sem autorização médica e posto em dúvida a eficácia e segurança das vacinas.

ESPERA VACINAR 80%

China já administrou 65 milhões de doses de vacina

Cerca de 65 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 foram já administradas na China, revelou um alto funcionário da Comissão Nacional de Saúde do país asiático.

Citado pelo jornal oficial Global Times, o vice-director da Comissão, Li Bin, indicou que, até 14 de Março, foram administradas 64,98 milhões de doses no país.

Algumas áreas, como Pequim, já estão a vacinar residentes com mais de 60 anos, após terem completado a campanha de vacinação para grupos profissionais com mais exposição ao coronavírus, incluindo funcionários portuários ou de saúde.

A China espera vacinar entre 70% e 80% da população até ao final deste ano ou meados de 2022, e alcançar assim a imunidade colectiva.

O país aprovou, no dia 15 de Dezembro, uma campanha de vacinação voltada para pessoas de grupos de risco.

Os planos previam que, à medida que mais vacinas fossem aprovadas e a capacidade de produção ampliada, o antígeno passasse a ser fornecido também para idosos ou doentes crónicos e, de seguida, para a restante população.

Até à data, as autoridades chinesas autorizaram a comercialização de quatro vacinas, desenvolvidas pelos grupos chineses Sinopharm, Cansino e Sinovac.

Além disso, um total de 16 vacinas desenvolvidas na China já iniciaram testes clínicos, revelou um funcionário do governo, no final de Janeiro.

As autoridades chinesas não aprovaram ainda a comercialização em território chinês de nenhum soro desenvolvido no exterior. Desde o início da pandemia, 90.048 pessoas ficaram infectadas na China com o SARS-CoV-2, tendo morrido 4.636 doentes.



AINDA SEM PRAZOS

Cabo Verde Airlines prepara retoma de voos

O presidente da Cabo Verde Airlines (CVA) afirmou que a companhia prepara a retoma de voos para a Europa e os Estados Unidos, mas não se compromete com prazos, o que faz depender do processo de vacinação.

Em declarações à Lusa, Erlendur Svavarsson explicou que para a companhia cabo-verdiana, privatizada há dois anos e parada desde Março de 2020 devido à pandemia, assim como para o sector em geral, “o principal indicador” da retoma da procura, destinos e operações aéreas “será a taxa de vacinação”.

“A Cabo Verde Airlines está a trabalhar no sentido de retomar os voos para a Europa e os Estados Unidos como primeiro passo para ligar quatro continentes através do nosso ‘hub’ na ilha do Sal, assim que as condições pandémicas o permitirem”, sublinhou Erlendur Svavarsson, questionado pela agência Lusa sobre prazos para o regresso das ligações aéreas pela companhia.

Sem revelar qualquer horizonte para a retoma dos voos, e com a frota de três Boeing ainda parqueada fora de Cabo Verde, Erlendur Svavarsson enfatiza que os governos só poderão abrir as fronteiras, sem restrições, “quando um número suficiente de pessoas tiver sido vacinado e imune” ao novo coronavírus, o que condiciona a retoma.

“Por esse motivo, a minha convicção pessoal é que o crescimento real das viagens e do turismo a nível mundial só voltará no terceiro trimestre de 2021. Quando chegar a altura, a equipa da Cabo Verde Airlines espera oferecer aos nossos passageiros um serviço eficiente e fiável”.

O administrador afirma que o plano de retoma das operações “de qualquer companhia aérea na era pós-pandemia”, deve ser “ágil e avaliado constantemente” e que a recente extensão dos bloqueios em Portugal e a “grave situação de pandemia no Brasil” representam “um impacto muito directo na programação” da CVA.

NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA

TAAG retoma ligações com Portugal

A Taag vai retomar as ligações à capital portuguesa a partir da próxima quarta-feira, seguindo-se São Paulo, Brasil, e Joanesburgo, África do Sul, informou a empresa num comunicado.

A transportadora avançou que foram autorizados voos regulares com destino a Lisboa a partir de 17 de Março de 2021, São Paulo a partir do dia 19 de Março de 2021 e para Joanesburgo a partir do dia 20. Angola anunciou na quinta-feira o levanta-

tamento da suspensão de voos directos para Portugal, Brasil e África do Sul, que estavam interrompidos desde 16 de Janeiro, devido ao surgimento de novas estirpes da Covid-19.

O anúncio foi feito pelo ministro de Estado e da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, durante a apresentação das novas regras da situação de calamidade pública.

O embarque nos voos de e para Angola está sujeito à apre-

sentação do teste RT-PCR com resultado negativo, efectuado nas 72 horas anteriores à viagem, sendo dispensada qualquer autorização.

A Taag informou ainda os passageiros dos voos com destino a São Paulo, Brasil, que é obrigatório o preenchimento da Declaração de Saúde do Viajante (DSV), emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), para desembarque em São Paulo.



Marcas & Estilos



Preocupação com o gosto

Cada rolha é feita à mão nas lojas em Maryland à base de madeira genuína para adicionar um topo natural ao seu pequeno lote de vinho favorito. Quer seja para o seu bar doméstico, quer para um presente, as rolhas da Autumn Woods certamente irão atender ao seu pedido.



Um toque elegante

Esta peça decorativa de ouro da Buddha acrescenta um toque elegante e ousado à decoração da sua sala de estar ou quarto e perfuma instantaneamente a sua casa.



AUTOMÓVEL

De alto calibre

Um Land Rover Defender seria, de longe, a melhor opção para rumar para o deserto, um ícone de funcionalidade robusta tanto quanto uma Kalashnikov. A Ineos, um dos maiores fabricantes de produtos químicos do mundo, acredita que pode fazer melhor.

O design do Grenadier é notavelmente semelhante ao Defender da geração anterior. Programado para lançamento ainda este ano, o projecto é 4x4 completo. Significa um quadro de escada de secção em caixa, tracção nas quatro rodas permanente, eixos de viga e um corpo em caixa minuciosamente estilizado.

AGENDA

LUANDA

28 MARÇO

O grupo teatral Harmonia apresenta teatro musical infantil 'A Cidade do Sol', dirigida por Samuel Sassari. Sessões das 09h30 às 12h45, no Belas Shopping, no Cinemax.

18 E 19 MARÇO

FNNE - Feira de negócios, networking emprego. Maior evento de negócios, networking e emprego de Angola. No Piquenique Space.

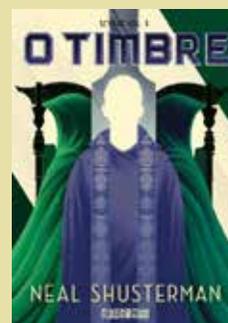
25 MARÇO

Auditório da rádio Benguela apresenta palestra 'Como falar bem e se comunicar melhor', no auditório da Rádio Benguela.

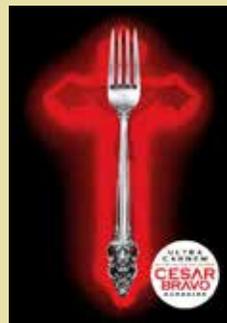
15 E 16 MARÇO

Wadezuda - consultoria e formação apresenta Master Class - fundamentos de investimento 'aprenda usar o seu dinheiro p/ fazer dinheiro'. Das 18 às 21 horas, via Zoom.

LIVROS



A HUMANIDADE alcançou um mundo ideal, em que não há fome, doenças, guerras, miséria... nem mesmo a morte. Mas, mesmo com todo o esforço da inteligência artificial da Nimbo-Cúmulo, parece que alguns problemas humanos, como a corrupção e a sede de poder, são igualmente imortais.



ULTRA CARNEM expande em muito a mitologia criada por Cesar Bravo, dando detalhes assustadores sobre a infância e a obra maldita de Vladimir Lester, o estranho menino pintor. Além disso, o autor mostra até aonde vai a fome de um homem desesperado pela fama ou por uma vida mais digna por direito.



TURISMO

Diálogo com a história

Nenhuma viagem a Quebec fica completa sem uma visita ao Old Quebec, um Património Mundial da UNESCO, que é cercado por paredes fortificadas que datam do século 17 e tornam a atmosfera autêntica.

Certifique-se de explorar as pequenas ruas, com muitas lojas pitorescas. Faça uma excursão guiada pelos destaques arquitectónicos em torno da Place Royale, uma praça de paralelepípedos despretensiosa, onde a cidade de Quebec foi oficialmente fundada. E desfrute dos belos edifícios restaurados.

Outro mural espectacular, perto das luxuosas ruas comerciais da cidade, é La fresque du Petit-Champlain, que retrata o antigo bairro de Cap-Blanc, enquanto na vizinha Place de Paris, arte e história se unem à guarnição de Batterie Royale, construída em 1691, e a escultura de Jean-Pierre Raynaud, Dialogue avec l'histoire (Diálogo com a história), ombro a ombro.

SÃO NATIVAS DA BACIA DO MAR MEDITERRÂNEO

Reencontradas espécies de plantas consideradas extintas

FLORA. Investigação da Universidade Roma Tre na Itália, dá conta que foram analisadas 36 espécies endémicas com estatuto de conservação 'Extinto' na lista da União Internacional para a Conservação da Natureza.

Pelo menos, 17 espécies europeias de plantas consideradas extintas foram reencontradas na natureza ou preservadas em colecções, segundo um estudo publicado na revista científica 'Nature Plants'.

De acordo com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que dá conta que as 17 espécies agora redescobertas são nativas sobretudo da bacia do Mediterrâneo, e que três das espécies foram encontradas na natureza, duas preservadas em jardins botânicos europeus e bancos de sementes, e as restantes reclassificadas "através de uma extensa revisão taxonómica".

David Draper, um dos autores do estudo, investigador do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais e do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da UL, disse que uma das plantas é a 'Armeria arcuata', uma espécie endémica do litoral sudoeste de Portugal cujos últimos registos datam do final do século XIX. Através do estudo, os investigadores encontraram a espécie preservada no Jardim Botânico da Universidade de Utrecht, na Holanda.

Cauteloso, o investigador disse que é agora preciso fazer estudos genéticos para confirmar a redescoberta, porque há 150 anos que a planta estava desaparecida e pode

haver "uma má identificação".

David Draper explicou que é um processo moroso, tanto mais que em tempos de pandemia de covid-19 os laboratórios estão fechados.

Caso se confirme que se trata da 'Armeria arcuata', e questionado se será devolvida ao seu habitat natural, o investigador explicou que o ideal seria devolvê-la à natureza, mas adiantou que como existem apenas "três ou quatro pés" é preciso primeiro um trabalho longo de recuperação, nomeadamente através da sua dispersão, primeiro, por vários jardins botânicos.

Em termos gerais a descoberta agora anunciada vai permitir lançar programas de conservação para várias das espécies, consideradas raras ou sob ameaça de uma extinção definitiva.

A investigação "exigiu um trabalho minucioso de detective, especialmente para verificar informações, muitas vezes imprecisas, reportadas de uma fonte para outra, sem as devidas verificações", disse David Draper citado no comunicado.

A investigação foi liderada por Thomas Abeli e Giulia Albani Rocchetti, investigadores da Universidade Roma Tre (Itália). Foram analisadas 36 espécies endémicas

19

Espécies analisadas perderam-se para sempre, sendo que poderão algumas destas espécies ainda ser reencontradas.

europeias cujo estatuto de conservação era "Extinto" na lista da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês).

Além de monitorização contínua na natureza, envolvendo universidades, museus, jardins botânicos e bancos de sementes, foram usadas técnicas avançadas para estudar a variabilidade das espécies.

Os investigadores confirmaram que as restantes 19 espécies analisadas se perderam para sempre, sendo que poderão algumas destas espécies ainda ser reencontradas.

Os pesquisadores consideraram fundamental prevenir extinções de plantas, mais fácil do que procurar depois "ressuscitar" espécies, pelo que é preciso investigar e criar condições para que não se chegue ao ponto de extinção.



Uma das plantas é a 'Armeria arcuata', uma espécie endémica do litoral sudoeste de Portugal.



INOVAÇÃO DIGITAL

Total e Microsoft 'negoceiam' redução de CO2

A petrolífera francesa Total e a norte-americana Microsoft anunciaram recentemente uma parceria para colaborarem com o objectivo de promover a inovação digital e a redução das emissões de dióxido de carbono (CO2).

A petrolífera francesa explicou no comunicado que a experiência das duas empresas nas suas respectivas áreas de actividade oferece "inúmeras oportunidades concretas de colaboração num horizonte plurianual".

A Total, que passa por um processo de transformação para reduzir o peso dos hidrocarbonetos no negócio e aumentar o das energias renováveis, afirmou que o conhecimento deste mercado lhe vai permitir ajudar a Microsoft a cumprir os objectivos que fixou para a área do desenvolvimento sustentável.

Trata-se, sobretudo, de atingir a meta de utilizar 100% de energia renovável até 2025, ter maior eficiência energética e reduzir as emissões de carbono particularmente nos 'data centers' da multinacional norte-americana.

NÚMEROS DA SEMANA

1.347

Funcionários que serão dispensados pelo BPC até Junho, atingindo um total de dois mil, face ao Plano de Reestruturação da instituição.

39

Propostas de empresas para a recolha de resíduos sólidos que chegaram ao Governo de Luanda, no âmbito do concurso público para a contratação de novos operadores.

500

Mil dólares serão disponibilizados pelo BNA para a aquisição de 2.500 terminais de pagamento automáticos para apoiar os empresários.

900

Mil USD, em notas falsas foram apreendidos pelo Serviço de Investigação Criminal a um homem que supostamente pretendia introduzir o montante no mercado informal.

GLOBAL FINANCE

BAD distinguido como melhor instituição financeira

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) foi eleito como a “Melhor Instituição Financeira Multilateral do Mundo para 2021” pela revista norte-americana Global Finance, especializada em mercados financeiros e bancos de investimento.

O prémio foi tornado público na passada terça-feira, durante a 22.ª edição do Global Finance Best Investment Bank awards. A distinção, segundo nota a que o VALOR teve acesso, é um reconhecimento global pelos esforços pioneiros do BAD ao transformar-se num banco de soluções para África, através da combinação das operações, os serviços de conhecimento e o posicionamento de investimento que continuam a ajudar a acelerar o desenvolvimento em África.

Além do BAD, concorreram para a conquista do prémio o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

O presidente do BAD, Akinwumi Adesina, expressou a satisfação com o reconhecimento do trabalho da instituição pela Global Finance e afirmou sentir-se “orgulhoso” porque, “pela primeira vez desde a criação em 1964, o Banco Africano de Desenvolvimento é elevado a uma posição como instituição financeira mundialmente respeitada.”

Adesina descreveu o prémio como “devidamente merecido” e creditou o “sucesso contínuo” do banco “a uma nova cultura de resultados, de forte orientação para o cliente, liderança, criatividade e inovação contínua por uma equipa de excelentes funcionários baseados em todas as jurisdições”.



DADOS DAS SEGURADORAS DE 2020

Saham e Global lideram número de reclamações

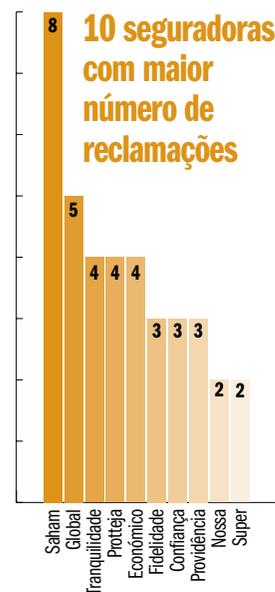
SEGUROS. Ramo automóvel foi o que motivou o maior número de queixas, com 68% do total verificado em 2020.

Por Isabel Dinis

A Saham e a Global foram as seguradoras com maior número de reclamações no ano passado, segundo um Relatório Anual de Reclamações, publicado pela Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg).

A Saham lidera o número de reclamações com 16% do total recepcionado. Das 24 seguradoras, 16 foram alvo de processos de reclamações junto do regulador.

Ainda no ano passado, foram recebidas um total de 49 reclamações, 42 das quais relativas aos seguros ‘não vida’, ou seja, os ligados aos automóveis, habitação, indústrias e sete de entidades gestoras de fundos



de pensões, mais 4,25% que no ano anterior.

As reclamações contra o ramo automóvel foram as que tiveram maior expressão, com 68% do total verificado. O elevado número de reclamações no ramo auto-

móvel é justificado por ser um segmento de massas.

Segundo o relatório, da pesquisa comparativa realizada a outras realidades, foi verificado um acréscimo considerável no número de reclamações, o que fez com que Angola fugisse à regra, constatando-se um crescimento de 4%.

Noutro item, o grau de execução e resolução das reclamações recepcionadas situou-se em 50%, sendo que a outra metade dos processos transitou para este ano. Situação diferente do que aconteceu de 2019 para 2020, em que apenas um processo foi transitado.

As reclamações nos seguros recaíram sobre matérias como sinistros, prémios, contratos, entre outros. No fundo de pensões, recaíram sobre resgates das contribuições, pagamentos de benefícios e de capitais de remissão.

O mercado segurador é composto por 24 seguradoras, oito entidades gestoras de fundos de pensões que, em conjunto, geriram 35 fundos de pensões.